

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2022 - Ata n.º 119.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Adelino Ribeiro** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **119.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 118, de 12 de dezembro de 2022.) Era o que tinha, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 32425** do Banco Central do Brasil, informando a celebração de aditivo ao convênio entre a Instituição e a PM-PR, Batalhão de Operações Especiais - BOPE; **Ofício n.º 3382/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Requerimento n.º 3159/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 3381/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3139/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício n.º 3401/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 3125/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3384/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 2997/2022, do Deputado Natan Sperafico; **Ofício n.º 3374/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2988/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 3383/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2206/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 3371/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1457/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 3389/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 19/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofícios n.ºs 3379 e 3393/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública aos Requerimentos n.ºs 3316 e 3317/2022, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares; **Ofício n.º 3376/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 3498/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 3395/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º

3136/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3387/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1403/2022, do Deputado Plauto Miró; **Ofício n.º 3385/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2753/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício n.º 3396/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 263/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3394/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 7425/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3398/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 5497/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3388/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 7350/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3390/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2579/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 3370/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2578/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 3391/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2041/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 3386/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do DER/PR ao Requerimento n.º 2046/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 3368/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2699/2022, do Deputado Professor Lemos. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Requião.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Requião Filho; Galo; Luciana Rafagnin; Michele Caputo; e Goura.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, caros Deputados. Quero começar agradecendo e elogiando a cúpula dos Bombeiros que veio defender o fim do FAS-PMPR hoje aqui. Presidente, falei ontem que não podíamos votar essa PEC, porque independentemente do Corpo de Bombeiros na PEC, existiam coisas que iam contra o interesse público. O Deputado Romanelli tentou defender ontem a retirada do art. 39 e eu lhe disse, Deputado, que o seu entendimento estava errado e já tinha alertado inclusive o Líder do Governo e o Vice-Líder do Governo. Mas para não dizerem que sou eu que estou falando, Deputado Jonas, trago para vocês uma nota de repúdio, uma nota de repúdio do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná sobre a retirada do art. 39 e as terceirizações previstas na PEC 3. Permitam-me não fazer um discurso, mas ler *ipsis litteris* os motivos pelos quais não pudemos votar, meu amigo Vasco, a independência dos Bombeiros ontem. “O Instituto dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná (IAF-PR) posiciona-se contrário à revogação do art. 39 da Constituição do Estado do Paraná, por meio da PEC 3/2022, o que permitirá a terceirização irrestrita das atividades do Estado e a terceirização da cobrança de débitos tributários do Estado e dos municípios. Com a revogação do art. 39, certamente acabar-se-ão os concursos públicos, causando o enfraquecimento e a destruição de carreiras estabelecidas. Além disso, mediante tal medida ocorrerá a precarização dos contratados, os quais ficarão sujeitos às indicações e ingerências políticas, semelhantemente ao quadro atual dos trabalhadores terceirizados no País, os quais, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), trabalham mais e ganham menos, desempenhando as mesmas funções, mesmo com níveis de escolaridade similares, o que não significa necessariamente menores custos para o Estado, pois, com os lucros dos empresários, os custos são sempre maiores. Adicionalmente, a revogação desse artigo 39 proporcionará um ambiente com menos transparência, abrindo-se uma porta para a corrupção em possíveis licitações com grandes empresas, como se verifica em diversos casos na esfera federal que estão sendo investigados pelo Ministério Público, contratos fraudulentos de terceirização, resultando em um serviço público ineficiente e não comprometido com a qualidade. A cobrança de débitos tributários

do Estado e dos municípios por empresas abre caminho à securitização dos seus débitos tributários, os quais serão apoderados pelo mercado financeiro – bancos – , acarretando diversos riscos que podem comprometer receitas futuras e imóveis do Patrimônio Público, com impactos da redução das receitas futuras. Segundo estudos efetuados pela Auditoria Cidadã da Dívida, os esquemas de Securitização geram dívida pública disfarçada, que sequer é contabilizada como dívida e passa a ser paga por fora dos controles orçamentários, mediante o desvio dos impostos que pagamos.” Fonte: <https://auditoriacidada.org.br>. “Por isso, entendemos que as terceirizações pretendidas pelo Governo do Estado do Paraná não são benéficas, pois enfraquecerão a qualidade dos serviços prestados, em um possível quadro de interferências políticas, assédios e corrupção, o que certamente se verificará no caso do comprometimento de receitas futuras que estarão sendo vendidas aos bancos, o que também influenciará os serviços aos cidadãos, trazendo incalculáveis prejuízos ao orçamento público e às gerações atuais e futuras.” (IAF-PR.) Espero que os senhores entendam o tamanho do trambique que está escondido atrás dessa PEC 3. Com a independência dos Sr.^s Bombeiros, as terceirizações e a venda da dívida do Estado comprometem o futuro orçamentário do Paraná. E como tudo que é feito às pressas e no escuro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): ... e como tudo que é feito às pressas e no escuro pelo Governo Ratinho há sempre uma fumaça, um “Q”, uma dúvida de um possível negócio de corrupção. E está aqui, ontem, com um bom assunto, passou esse absurdo, que pode custar, inclusive, a vocês Bombeiros, o futuro do orçamento de vocês. Era isso, senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, todos que se encontram aqui presentes. Acabo de receber, viu Marcio

Nunes, V.Ex.^a que comandou tanto tempo o nosso instituto aqui, derramamento de óleo no Rio Emboguaçu esta madrugada, Paranaguá. Gostaria que V.Ex.^a tomasse esse conhecimento. Senhoras e senhores, é gravíssimo o que acabo de receber, um vídeo que me mandaram para o gabinete, por volta das 10 horas. Liguei para o Presidente Everton, do IAT. Passando ao Presidente do Instituto essa denúncia que, segundo informações, é verídica, é verdadeira. Derramamento de óleo no Rio Emboguaçu. Aí me mandaram aqui o vídeo, mortandade de peixes. Liguei para algumas das empresas de Paranaguá e ninguém deu atenção: não é comigo, não é com ninguém, não é com o Zé, nem com o Pedro e nem com a Maria. Mas quem é que derramou então? Quem é que fez esse derrame de óleo no Rio Emboguaçu, em Paranaguá? Chamo a responsabilidade e a atenção desta Casa de Leis, porque isso é muito preocupante. Quem me mandou o vídeo foi um grupo de pescadores que, logo ao amanhecer, notaram essa mancha de óleo na Baía de Paranaguá, ali no Emboguaçu, onde, normalmente, os pescadores saem de madrugada. E você poderá dizer assim: *Mas e aí, Galo.* E aí? Que isso é muito grave. Gostaria de saber como é que os pescadores vão poder sobreviver. E se os peixes que já foram pescados lá no Emboguaçu não estão contaminados. É grave. Espero ver, por meio do Presidente Everton, que liguei hoje pela manhã, que ele já tenha tomado providências para examinar, mandar verificar, lá no Emboguaçu, esse derrame de óleo. Temos empresas poderosas em Paranaguá, no entorno de Paranaguá. E aí pergunto: será que vamos afrouxar, vamos baixar a guarda, porque são empresas poderosas que estão em Paranaguá? Quero ver, pelo menos da minha parte vou fazer, vou socar no Ministério Público, dentro de instantes, essa denúncia e aguardar. Falei ao Everton, que é o substituto indicado pelo Marcio Nunes, para que ele tome providências de averiguar essa veracidade. Segundo informações da RPC, que já fez a matéria, não é *fake*. Segundo a TVC em Paranaguá, não é *fake*. Segundo a rádio *Ilha do Mel*, não é *fake*. Mas o instituto, acredito que o Everton possa já ter mandado averiguar, porque é grave. Repito, senhoras e senhores, temos diversas empresas em Paranaguá poderosas. Espero que o telefone não toque para dizer: *Não, sabe...* Vai tocar o telefone, pois é, então, espero providências enérgicas, porque isso é grave, isso é sério. Uma

faixa larga de óleo no Emboguaçu. Dito isso, quero que os senhores, principalmente, o nosso glorioso Corpo de Bombeiros, o que vocês pedirem vão contar com o “sim” do voto do Galo. Só não estava na votação ontem, porque fiquei travado nessa desgraça dessa serra. Você vai lá para, tem uma desgraça de uma pedra, pode tirar aí a palavra desgraça, mas tem uma pedra enorme na serra que está lá quatro meses. E tem um guincho enorme lá e o cara vai parecer que vai em câmera lenta. Fiquei na serra duas horas e meia para subir. Levei uma hora e quarenta para descer. Duas e caquerada para subir. Isso é todo dia para quem usa a serra vai e vem. Tem que dar uma acelerada. Alô, pessoal, aí do Furiatti, dá uma acelerada para resolver essa pedra no meio do caminho, para que principalmente os usuários do dia a dia possam subir ida e frida. Imaginem se uma ambulância sobe para Curitiba. Que caos, hein? Então, espero que haja celeridade nessas informações. A pedra todo mundo sabe. Agora, de Paranaguá...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): O Curi que é um cara que tem um relacionamento bom em Paranaguá, dá uma olhada nesse derramamento de óleo que V.Ex.^a tem um conhecimento vastíssimo. Mas se esta Casa de Leis não tomar providência, estou tomado. Era isso, Sr. Presidente. Viva o óleo! Não, viva o óleo não. Que pena, não sei o que dizer, é um drama.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin. Registro a presença na Casa, por solicitação do Deputado Gilberto Ribeiro, que presta uma homenagem de Menção Honrosa aos Policiais da Rotam, 3.^º Sargento Laércio Mauro Biesdorf, Soldado Eros Henrique Almeida, Soldado Lucas Leitolles Tomaz e Soldado Julcemar José Vieira, pelo ato de bravura em salvar a vida de Cristian Miranda Esperidião, ferido gravemente e socorrido pelos policiais já nominados, até a chegada do Siate. Fato ocorrido no município de Piraquara em maio de 2020. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.* Muito embora devesse, fui citado pelo Deputado Requião Filho, o que quero dizer a V.Ex.^a é o seguinte: essa entidade que o senhor referiu-se, Instituto dos Auditores Fiscais (IAF), ela não representa a categoria dos Auditores Fiscais, é uma entidade apócrifa, ela está irregular no Cadastro e a presidência inexiste. E o Sindafef que é o Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná repudia veementemente a manifestação dessa entidade. Só para deixar claro que, na verdade, não estamos aqui faltando com a verdade quando nos dirigimos a esta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar todos que acompanham esta Sessão, os que estão presentes, aqui a corporação do Corpo de Bombeiros que está aqui, também a todos que acompanham pela *TV Assembleia*. Dizer que hoje o que me leva a esta tribuna é novamente poder aqui, Deputado Maurício, falar um pouco deste momento que vivemos aqui no Estado do Paraná, votando esse pacote de maldades que o Governador Ratinho Junior encaminha para esta Casa e que em menos de 20, ou seja, 21 dias, Deputado Arilson, mais de 30% dos projetos encaminhados aqui já foram votados. Fico um pouco indignada porque temos projetos que protocolados na Casa desde o início de 2019 e ainda não foram colocados na pauta. Agora projetos que vêm em regime de urgência, projetos que não dão tempo para que possamos estudar esses projetos, analisar esses projetos, estes estão sendo votados todos a toque de caixa, todos em regime de urgência, onde precisamos muitas vezes votar o Projeto, olhando sem entender todo o complexo que ele carrega consigo. É importante dizer que precisamos, sim, regulamentar, nesta Casa, todos os projetos que vêm em regime de urgência. Não podemos votar projetos que entrem em um dia e no outro dia eles estão sendo votados, projetos que têm impacto direto com a vida da população paranaense. E dizer, também, que nessa leva de projetos, é claro que é possível que nessa leva

de projetos tenhamos alguns projetos bons, mas dizer que a maioria é, realmente, um pacote de maldades que estamos votando: que vai desde a questão da privatização de partes da Copel, a privatização ou terceirização da educação, da saúde, dos presídios e que nos deixa uma grande preocupação. Queria falar, novamente, sobre a PEC 3/2022 que votamos ontem e que vamos votar hoje em segunda votação. Dizer aqui a todo o efetivo dos Bombeiros que estão aqui, que nada, mas nada mesmo contra vocês, ao contrário. Sabemos que é justo, sabemos que é uma luta antiga e que vocês merecem isso. O problema é a má intenção do Governador, é a forma como ele encaminha essa PEC porque ele sabe que para aprovar a PEC e aprovar as maldades que ele quer para o Estado do Paraná, ele precisa dos 33 votos. E aí ele encaminha uma reivindicação justa, como a de vocês, com matérias totalmente distintas que nada têm a ver com a separação do Corpo de Bombeiros com a Polícia Militar. E aqui dizer que o que é mais grave do que entendemos que está nessa PEC, é justamente a revogação do art. 39. É a revogação, porque, revogando o art. 39, praticamente estamos terminando com o concurso público no Estado do Paraná. Estamos aprovando, abertamente, dando toda a carta branca ao Governador para a terceirização de todos os serviços no Estado do Paraná, e isso nos preocupa muito. Por isso, não podemos de forma alguma votar favorável a essa PEC. Se estivesse separada essa PEC do desmembramento da Polícia Militar com o Corpo de Bombeiros, com certeza estaríamos votando favorável. Mas da forma como ela está, não podemos. Além disso, tem mais um artigo que é a questão da doação de bens imóveis do Estado aqui já bem comentado, também, pelo Deputado que me antecedeu, Maurício Requião. Fica uma preocupação muito grande porque vemos a má intenção do Governo do Estado do Paraná, a má intenção e aproveita colocar uma reivindicação justa, como é a do desmembramento do Corpo de Bombeiros, com aquilo que sabemos que não poderia e não deveria nunca passar nesta Casa, que é questão da doação de bens imóveis – a forma como está sendo colocado – e também que é a questão da terceirização dos serviços do Estado do Paraná. Fica a nossa indignação, ao mesmo tempo em que quero, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, trazer novamente a preocupação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Fica novamente registrado também a preocupação que temos com o Projeto 522 de 2022, o qual terceiriza os nossos hospitais universitários. É uma preocupação muito grande, volto a frisar, do excelente trabalho que é realizado pelos hospitais universitários. Um trabalho humanizado, um trabalho de qualidade e que, infelizmente, o Governador Ratinho Junior, quer, por meio desse Projeto de Lei, também quer terceirizar esse trabalho. E sabemos que, terceirizando, sabemos que quem perde é o povo paranaense. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Turini, demais membros da Mesa, Deputadas e Deputados e todos que acompanham pelas redes da Assembleia e estão aqui presentes. Quero falar sobre os três projetos que chegaram até esta Casa, dentro da mesma *picada* que está sendo feito: em regime de urgência, em cima da hora e sem discussão. São os três que vieram da Sesau e que tratam da questão dos hospitais, dos três hospitais que são da rede Sesau – dois deles construídos na minha gestão, outro que terminamos e consertamos, a questão dos hospitais universitários e a questão da transformação e mudança da legislação da Funeas. Aqui a questão da falta de diálogo e debate é a principal questão, Deputado Tercílio. Quando apresentamos a esta Casa a Lei da Funeas, em 2014 foi aprovada, ela foi precedida de meses de debates: no Conselho Estadual de Saúde, na mídia, entre os envolvidos. Um debate bastante produtivo. E o senhor apresentou a emenda, Deputado Tercílio, mesmo sendo da Oposição à época, que visava resguardar a questão dos hospitais universitários porque havia dúvida mesmo, com a nossa excelente relação com os hospitais universitários, porque estive com os hospitais universitários uma excelente

relação. Fizemos questão de colocar na Lei da Funeas que a Funeas era para os nossos hospitais próprios. Os hospitais da Sesa à época. E hoje está sendo retirado isso, sem conversa, sem discussão e, claro, a questão da logística do sangue, da logística de medicamento tudo bem, acho que está no escopo da Funear. Só que, paralelo a isso, vem um outro Projeto que procura fazer concessão onerosa aos três hospitais do Estado. Então, você cria uma situação onde a Funeas pode agir sobre hospitais universitários. E sobre os hospitais do Estado que você poderia usar a Funeas que, segundo informações que não chequei ainda, está no *site* da Funeas uma informação que recebi ontem à noite, tem R\$ 100 milhões em aplicação. Você poderia usar a Funeas para trabalhar a gestão desses três hospitais, que são da rede Sesa, a fundação, a estatal de direito privado, com agilidade administrativa e com contratação que permite você ter mais... ter como dar conta do quadro. Hoje, a Deputada Cristina, na Comissão de Saúde, ela pediu vista, pedi vista, o Deputado Arilson também pediu, a nossa dúvida é a seguinte, porque quando construímos o Hospital de Guarapuava foi por conta de um vazio assistencial na área do trauma. Quando construímos o Hospital de Ivaiporã foi para dar conta da maternidade de baixo risco na região. Do jeito que está sendo feito agora e da forma como está sendo proposta, esta Casa vai dar um cheque em branco sobre essa questão, e alertei a Deputada Cristina, ela sabe disso, quero alertar aqui Deputados e Deputadas. Não podemos dar cheque em branco. Faltou debate, faltou discussão. Vieram atrás de mim ontem, às 13h30min, às vésperas da reunião que iríamos fazer às 14h20min. Não quero privilégio mais ou menos que ninguém aqui. Agora, fui Secretário de Estado. Criamos e debatemos a Lei da Funeas, construímos os hospitais, arriscamos. Do jeito que está sendo feito, sem uma definição muito clara do que se deseja, sem discutir com a gestão regional, corremos o risco lá em Guarapuava, por exemplo, de criarmos situações que inviabilizem o Instituto Virmond e o Hospital São Vicente de Paulo. Como pode acontecer em Telêmaco Borba com o Hospital Dr. Feitosa, que é o hospital mais estratégico daquela região; e como pode acontecer em Ivaiporã com o Hospital Bom Jesus, que é fundamental para urgência e emergência, e para maternidade de alto risco, Deputado Goura. Então, a minha

posição aqui não é de despeito, a minha posição aqui é por falta de respeito. Questões como essas... Acabaram de ser eleitos nas universidades os Reitores, Vice-Reitores, acabaram de ser eleitos os Superintendentes. Se o Superintendente do Hospital de Ponta Grossa e o Reitor não se manifestam com relação a isso, que fique na conta do *peleguismo* deles, mas concretamente as universidades têm alternativas para fazer esse debate, têm fundações. Ah, Cascavel não tem fundação. Cria-se uma fundação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Qual é o problema de criar fundação? Então, o que está em jogo aqui não é a visão do Estado, se é privatista ou não. Sou social-democrata, sou do PSDB. O que está em jogo aqui é que não podemos dar cheque em branco. E está muito suspeito, está muito suspeito você não usar a Funeas e os recursos que ela tem e pode ter, para cuidar de três hospitais próprios e criar situações que podem intervir na autonomia e na gerência de três hospitais universitários. É isso que está em jogo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente! Deputado Turini, Mesa, todos os Deputados e Deputadas. Saudações especiais aqui a todos os servidores, servidoras, aqui em especial o Corpo de Bombeiros que estão acompanhando, obviamente com muito interesse – Comandante Vasco, meus respeitos – as votações em pauta. Justamente subo aqui para explicar o meu posicionamento. Nós da Oposição votamos contra a PEC e isso foi exaustivamente explicado ontem, que foi um voto pelo pacote que veio do Palácio Iguaçu. Pacote que misturou, por assim dizer, *alhos com bugalhos*, que misturou a demanda legítima que recebi no meu gabinete, que recebi várias mensagens de servidores da corporação pedindo o apoio, mas misturou, Deputado Caputo, com questões que não dizem... É o famoso *jabuti*, que não dizem respeito à

mesma matéria, ou seja, uma interferência legislativa, algo que prejudica o debate. Nesses quatro anos do meu mandato, da nossa legislatura, estive muito próximo do Corpo de Bombeiros, em especial do GOST. Colaboramos com Emendas, com recursos, com apoioamento, e continuaremos apoiando, Comandante. O senhor pode contar com o meu trabalho, com a nossa força e dedicação aqui na Assembleia Legislativa para o fortalecimento do Corpo de Bombeiros, de forma irrestrita, mas quero explicar a todos os senhores e senhoras por que votamos contra ontem. E o nosso voto infelizmente será novamente, hoje, “não”, porque há esse artigo que o nosso Líder, Deputado Arilson, explicou ontem, que prevê a terceirização dos serviços públicos, o que é muito grave. Se isso pode ser aplicado em determinada maneira, em determinado assunto, isso tem que ser objeto de amplo debate com toda sociedade, com todo o Parlamento. Então, fica aqui essa explicação, a PEC vai passar, mas quero reafirmar o meu compromisso aqui com o fortalecimento do Corpo de Bombeiros, com o trabalho que as senhoras e os senhores executam no Estado do Paraná. Também registrar, Sr. Presidente, que ontem tivemos uma Sessão Solene pela Comissão de Direitos Humanos, com o Deputado Tadeu Veneri, em homenagem a uma das maiores paranaenses, a Dr.^a Izabel Kugler Mendes, uma senhora fantástica que dedicou a sua vida à causa dos direitos humanos. Ontem, a homenageamos com a Cidadania Benemérita e fizemos, inclusive, o lançamento desta cartilha, a cartilha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senhor Presidente, em tempos em que há seres humanos que duvidam da legitimidade, da veracidade e da necessidade dos direitos humanos, Deputado Adelino, temos que reafirmar que os direitos humanos são direitos básicos que todas as pessoas têm e que o Estado tem que garantir que eles não sejam violados, que eles sejam devidamente respeitados. Ontem, foi uma linda festa aqui na nossa Assembleia, foi a última Sessão Solene do ano, onde pudemos então conceder a Cidadania Benemérita à Dr.^a Izabel Kugler Mendes. Também aproveito, Sr. Presidente, para reforçar aqui a denúncia feita pelo Deputado Galo, sobre esse vazamento de produtos tóxicos na Baía de Paranaguá. Extremamente grave, Deputado Galo, esperamos, sim, que o IAT, que os órgãos ambientais façam com urgência, com

celeridade, o que tem que ser feito. Precisamos saber o tamanho, a gravidade do impacto desse derramamento, e que ações mitigadoras e de compensação sejam urgentemente realizadas. Falando em urgência, Sr. Presidente, estamos com essa situação das nossas estradas que ligam ao litoral. A BR-376 no Estado que está com a concessão, com a autorização da concessionária, com a gestão da concessionária; a BR-277 pelo DNIT, sem os pedágios. E já vimos, hoje mesmo, a notícia de que o DNIT pede o empenho do Governo do Estado para acelerarmos as obras. Então, reforçamos aqui à Liderança do Governo esse pedido. E, em especial, Sr. Presidente, a Estrada da Graciosa que está bloqueada. Neste sábado, estive até o local do bloqueio e o que se vê lá é pouca movimentação. A empresa que está lá é uma empresa de Minas Gerais, que afirma que vai levar...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, por favor, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputado! Que o Projeto do DER ainda nem chegou e que deve isso se prolongar por mais 30 dias, com o bloqueio total da Estrada da Graciosa, em véspera de festas, de temporada de verão, com prejuízos aos comerciantes de Antonina, de Morretes e todos aqueles que trabalham e dependem da Estrada da Graciosa. Então, reforçamos aqui, Sr. Presidente, o pedido de que o Governo do Estado coloque mais celeridade, aja mais, fale menos, faça menos propaganda, e coloque obras, sim, para tocar, para resolver esses problemas estruturais, urgentes, que são decorrentes, não vamos esquecer aqui, de desastres climáticos, da urgência climática. O Estado do Paraná não está preparado para o enfrentamento eficaz da urgência climática que assola o nosso planeta. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença em nossa Casa do Prefeito de Jaguapitã, Sr. Gerson Marcato, por solicitação deste Deputado, Deputado Tercílio Turini. Prefeito, obrigado pela presença e volte

sempre. Passamos ao horário do Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Jonas Guimarães.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Jonas Guimarães.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Senhor Presidente, colegas Deputados e Deputadas e os que acompanham esta Sessão, familiares, enfim, é chegada a hora da despedida. Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar finalizando a minha trajetória política. Após quatro mandatos consecutivos de Deputado e tendo ocupado cargos importantes nesta Casa, como Presidente de Comissões, 2.^º Secretário e Vice-Presidente, sem sequer ter almejado chegar tão longe, marcado por grandes conquistas e realizações. Os que me conhecem sabem do orgulho que tenho de fazer parte de uma família modesta e, com muito trabalho, bem-sucedido financeiramente. Meus pais Beatriz e José Guimarães e os sete irmãos trabalhamos como porcenteiros de café em Terra Boa, no distrito de São Lourenço, que pertence a Cianorte, e mesmo assim, diante de tantas dificuldades, sem perceber, meus pais despertaram em mim e em meus irmãos e irmãs a importância de ajudar o próximo, principalmente os mais necessitados, pois me lembro muito bem, Sr. Presidente, o senhor que sempre mexeu com lavoura, com sítio, com fazenda, sabe que as fazendas tinham aquelas colônias, diversas casas; meu pai matava um porco, vou citar isto aqui, e minha mãe e meu pai, já naquela época, gostavam de ajudar os vizinhos, então colocavam um pedaço de porco em cada prato e mandava fazer a distribuição nas casas da colônia. Aprendemos então com isso que às vezes, na minha infância, quando menino, tinha vizinho que matava um porco, mas não mandava para nós um pedaço de carne. Então, eu falava: *Mas, aquele lá matou e não mandou.* E minha mãe falava: *Temos que fazer a nossa parte. Leve lá a carne.* Então, tudo isso serviu para que aprendêssemos fazer o bem para o nosso semelhante. Mas, minha gente, pela história que escrevemos, posso afirmar que a política está no sangue da família Guimarães. Aproveito para render uma homenagem ao meu irmão, saudoso Edno Guimarães, que muito me inspirou, muito me ensinou e foi Prefeito por três mandatos no município de Cianorte e também Deputado Estadual

por dois mandatos e até hoje é lembrado por seu carisma e capacidade de gestão. Dediquei-me quase exclusivamente para exercer meus mandatos com muita alegria, dividi-me entre Sessões Plenárias em Curitiba e visitas aos municípios – sempre fiz questão de estar próximo às lideranças, acompanhando as necessidades da população. Aprendi muito aqui, tive a honra e o compromisso com o povo paranaense de poder debater momentos que ficaram marcados na história, Projetos que por aqui passaram e promoveram mudanças e avanços em diversos setores e transformaram o Paraná em um dos Estados mais importantes e desenvolvidos do Brasil. Destaco aqui bons frutos do meu trabalho, alguns Projetos de minha autoria que contaram com o apoio de companheiros Deputados, leis importantes como: Lei n.^º 16.124, que reconhece a minha cidade de Cianorte como Capital do Vestuário, homenageando aqueles que fizeram e os que fazem a cidade ser conhecida em todo o Brasil pela força da indústria de confecções; Lei n.^º 19.219, que tem como único e mais nobre objetivo preservar vidas. Com essa lei o DER fica autorizado a remover obstáculos naturais no entorno das rodovias, retirando árvores que oferecem perigo aos motoristas que trafegam por todo o nosso Estado do Paraná; Lei n.^º 19.442, que dá direito à gratuidade ou descontos diferenciados aos idosos nos transportes coletivos intermunicipais no Estado, uma forma de reconhecer a importância da terceira idade; promovemos uma grande conquista para os pequenos produtores, especialmente da agricultura familiar, com a Lei n.^º 17.773, que estabeleceu o Susaf-PR, permitindo a livre negociação de produtos coloniais derivados de carne, ovos e mel e com o selo Susaf os produtos podem ser vendidos agora em todo o Paraná. Também me orgulho muito de ter lutado e conseguido a criação da 3.^a Companhia Independente da Polícia Militar de Cianorte e, da mesma forma, o 8.^º Subagrupamento de Bombeiros Independente de Cianorte, também da Polícia Militar, desvinculando-se de Campo Mourão. Avanços também nos investimentos da Polícia Civil na região da Amenorte, que é a nossa microrregião, que também foi criada por um Projeto de Lei que propus nesta Casa desmembrando a nossa microrregião da região de Umuarama, que éramos pertencentes a Amerios e hoje temos a nossa microrregião, a Amenorte. Aos amigos Deputados e Deputadas,

fica o meu agradecimento pela parceira de sempre e o pedido para que continuem olhando com carinho para os municípios que precisam do poder público. Meu agradecimento também aos nossos companheiros que empunharam a nossa bandeira e levaram as nossas propostas nas campanhas eleitorais nos mais diversos lugares. Muito obrigado aos nossos assessores aqui do gabinete em Curitiba e no escritório regional em Cianorte.

Deputado Nereu Moura (MDB): Deputado Jonas, permite-me um aparte?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Também queria um aparte, Deputado Jonas, antes de V.Ex.^a encerrar.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Pois não, Deputado Nereu.

Deputado Nereu Moura (MDB): Deputado Jonas, fiquei ouvindo aqui o seu pronunciamento e um filme passou por minha cabeça, lembrando a nossa caminhada, a primeira vez que V.Ex.^a foi candidato, combatendo no venho MDB de guerra, assim como o seu irmão, Deputado Edno Guimarães, do qual também tive o prazer de ser amigo e Deputado aqui nesta Casa durante dois mandatos e durante os quatro mandatos de V.Ex.^a. Vossa Excelência vai deixar muita saudade por sua postura de coerência, de lealdade, de amizade leal e vai deixar muita saudade do toque de violão, das nossas rodas de música. Vossa Excelência era o nosso cantor oficial, tocador oficial. Por isso, Deputado Jonas, quero parabenizá-lo pelo grande trabalho que Vossa Excelência fez como Deputado Estadual do Paraná. Deixou uma marca na história desse Estado. Deixou, sobretudo, a imagem de um homem comprometido com os interesses do nosso Estado. Transmitem o meu abraço caloroso de um amigo leal e sincero. Iremos juntos agora fora deste Parlamento cultivar a nossa amizade, como aqui mantivemos de maneira carinhosa e respeitosa. Um grande abraço. Que Deus abençoe o senhor nessa nova caminhada, agora mais sossegada na nossa querida Cianorte.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Muito obrigado. Pois não, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Jonas, Vossa Excelência faz um derradeiro pronunciamento na tribuna desta Casa. Vossa Excelência, com a sua atividade parlamentar e política, engrandeceu a Assembleia Legislativa do Paraná e ao mesmo tempo sempre privilegiou a nossa relação. Fomos juntos Deputados pelo nosso PMDB. Depois, juntos, fomos para o Partido Socialista Brasileiro e depois, junto, para o Partido Social Democrático, o PSD. Digo isso no sentimento de que trilhamos os mesmos caminhos, partilhamos sempre de uma amizade muito sólida, que, aliás, Vossa Excelência lembrou-se de um grande homem público, o seu irmão, Ex-Prefeito, Ex-Deputado, o saudoso Edno Guimarães. Vossa Excelência tem uma trajetória empresarial fruto, exclusivamente, do trabalho, da inteligência, da dedicação, da construção de soluções boas para a vida das pessoas, preocupando-se com o emprego e com a geração de renda. Fazendo disso, claro, também um instrumento de prosperidade, mas gerando, na verdade, prosperidade para as pessoas. Vossa Excelência continua, obviamente, na sua atividade empresarial, mas indiscutivelmente marcou a sua passagem pelo Parlamento Estadual. Todos sempre guardaremos a boa saudade do seu convívio, muito embora queiramos que Vossa Excelência, generosamente, convide-nos a Cianorte, na sua bela chácara, para poder de fato fazer uma roda de violão, para contar os seus *causos*, um melhor do que o outro. Então, sucesso. Vossa Excelência sabe que fechou um ciclo, mas Vossa Excelência tem *muita lenha para queimar* nessa caminhada vivida. Então, sucesso na vida, estaremos juntos. Foi um privilégio poder ter estado aqui, ombreando nesse Parlamento nos Partidos em que estivemos juntos, às boas causas a favor do povo paranaense.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Deputado Jonas. Deputado Jonas, Deputado Marcio Nunes. Concede-me um aparte?

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Pois não.

Deputado Marcio Nunes (PSD): Primeiro, parabenizar o Deputado Jonas pela brilhante carreira, que desenvolveu, defendendo Cianorte e toda a região

noroeste, com grandes leis, um grande fiscalizador. Parabéns pelo trabalho. Saiu por cima, saiu como o Pelé, Jonas, parou no auge, tinha uma eleição garantida, sei porque conheço bem a região. Tive a oportunidade de me eleger duas vezes com Vossa Excelência, como companheiro, representando aquela região. Sei do potencial que você tinha nessa eleição, mesmo liderando as pesquisas em vários municípios, como Cianorte, Tapejara e toda a região, resolveu dar atenção a outra parte da vida, o que acho muito importante. Gostaria muito de agradecê-lo, Jonas, pelo seu trabalho, parabenizá-lo e agradecer pela parceria comigo e pelo respeito que você sempre teve comigo. Você já estava lá, eu estava começando e você sempre me respeitou e me ajudou. Então, parabéns, felicidades. Conte comigo sempre. Parabéns. Obrigado, Jonas.

Deputado Francisco Bührer (PSD): Deputado Jonas. Deputado Francisco Bührer, concede-me um apartezinho? É bem rapidinho.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Sim, Deputado Francisco.

Deputado Francisco Bührer (PSD): O Deputado Jonas sabe do carinho que temos por você e por sua esposa. Você é um grande parceiro, grande companheiro, sempre estivemos juntos. Dizer que aqui nesta Casa com o seu irmão e, depois, veio você nessa parceria muito grande. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua forma de sempre agir com os amigos, com os companheiros. Um trabalho com seriedade, com responsabilidade, com os seus representantes, com os seus eleitores da sua cidade. Então, só temos que cumprimentar você e desejar muito sucesso em sua vida, porque você é uma pessoa que merece. Um grande abraço nosso. Leve um abraço da minha esposa Vani para sua esposa. Que Deus ilumine a sua vida e força. Nós, *que estamos pendurando a chuteira*, vamos deixá-la pendurada no prego, mas termos uma continuidade na missão de sempre trabalharmos e pensarmos no bem do Estado do Paraná. Um grande abraço e felicidades para você.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Muito bem. Muito obrigado. Minha gente, encerro o mandato de Deputado Estadual de cabeça erguida, com o dever cumprido e a certeza de que trabalhei de forma ética... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Jonas, tem o tempo para concluir.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Pois não. Trabalhei de forma ética, respeitando todos e buscando sempre a mais harmoniosa convivência. Levarei comigo a alegria e o sentimento do dever cumprido, de ter representado dezenas de milhares de paranaenses, em dezenas de cidades dos quatro cantos do Paraná. Foi extremamente gratificante conviver e poder atender às lideranças, Vereadores, Secretários, Prefeitos. Deixo a todos a minha gratidão. Nessa oportunidade, registro os agradecimentos aos Secretários de Estado, ao Vice-Governador Darci Piana, ao Governador Carlos Massa Ratinho Junior, que não medi esforços para atender as nossas demandas. Já que estamos findando o ano, aproveito para desejar a todos boas festas. Que o Ano Novo traga saúde, paz e alegria. Obrigado à minha família que sempre está ao meu lado, meus filhos, minha esposa, meus netos. Encerro com a citação do Apóstolo Paulo: “Combati o bom combate, encerrei a carreira e guardei a fé”. Um grande abraço. Obrigado, Paraná.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Jonas, permita, rapidamente, aqui um aparte?

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Pois não.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Jonas, despeço-me aqui do amigo e Parlamentar Jonas Guimarães, com um sentimento já muito forte no peito, de saudades, realmente, de uma das grandes pessoas que tive a honra de conhecer aqui neste Parlamento. Quem tem a oportunidade de conviver contigo um pouco sabe que não se trata de uma pessoa de um caráter qualquer, trata-se de um grande homem, de um grande ser humano e de um grande parceiro. Alguém que

em momento algum aqui se colocou em posição radical, colocando o seu interesse pessoal à frente de qualquer situação. Muito pelo contrário, aqui, as forças e os enfrentamentos que fez e quando fez, o fez pela sua região, a região que brilhantemente representou e orgulhou, assim como a todos nós, seus colegas. Então, fico muito honrado de ter convivido esse tempo contigo, ao longo de dois grandes mandatos. Pode ter a certeza de que aqui você sempre terá um bom amigo. Da mesma forma que tenho a certeza de que tenho em Vossa Excelência, meu grande parceiro, realmente, um excelente professor que a vida nos deu. Então, parabéns a você. Parabéns a sua família, que assim como você se dedicou muito para as questões públicas e conseguiu ainda assim tocar uma grande carreira empresarial. Por isso, o orgulho que tenho de você, porque realmente consegui fazer duas coisas que são muito difíceis. Parabéns, meu irmão. Que Deus o abençoe muito nessa caminhada.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PSD): Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Adelino Ribeiro.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Adelino Ribeiro (PSD); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Deputado Jonas Guimarães, para mim foi uma satisfação também fazer parte nesse período de quase 10 anos com Vossa Excelência. Sei da dificuldade de chegar a esse cargo tão importante de Deputado Estadual, que para mim foi muito louvável. A hora em que me inscrevi, ali, ele também se inscreveu quase junto. Falei: *Qual é o assunto?* Ele falou: *Vou dar um adeus.* Falei: *Vou dar um até breve.* Só queria aqui agradecer os dois mandatos que tive aqui nesta Casa, estou cumprindo aqui o terceiro. E como cristão, não torço para nada dar errado para nenhum ser humano. Quando cheguei aqui dia 8 de novembro, eu, os Deputados Elio Rusch, o Bazana e o Nereu Moura, com a cassação do Deputado Francischini, sempre deixei bem claro

e consciência tranquila que o que aconteceu com a cassação não teve nenhuma vírgula desse cidadão aqui, nem na torcida, gente, porque acho que quando cristão você não torce para nada das pessoas dar errado, como aconteceu, estou cumprindo a minha missão, serão quinze meses que eu e os Deputados Nereu Moura, Elio Rusch e Bazana estamos aqui cumprindo a nossa missão. Eu que tive a oportunidade de sair de uma vida muito difícil para chegar a um Parlamento tão importante, que é ser Deputado Estadual. Tive como Presidente da Associação de Moradores em Cascavel o meu primeiro caminho para poder chegar aqui. Por dois mandatos o Vereador mais votado da cidade de Cascavel e tive oportunidade de estar aqui cumprindo meu terceiro mandato como Deputado Estadual. Muito gratidão a todo cidadão paranaense que me deu a oportunidade de estar aqui com grandes Deputados, pessoas que ouvia falar, Nereu, nas antigas, você, o grande Deputado que se foi, o irmão do Jonas, que tiveram nesta Casa aqui um papel de destaque, tiveram a família muito forte. Não tive essa felicidade de ter um segmento na minha vida como homem público, ninguém da minha família era político, tive oportunidade. Mas aprendi muito aqui, aqui vi que tem pessoas de muita posição, nunca deixei o Plenário e saí daqui para sair em uma salinha para não votar uma lei, nunca, nunca fugi da minha responsabilidade, sempre votei, nunca deixei de votar uma lei aqui, sempre de posição muito firme, quando fui contra, mostrei porque fui contra, mas nunca deixei de votar. Nos meus mandatos de Vereador também nunca me ausentei do Plenário para poder não votar uma lei. Essa é a missão que foi me colocada para chegar ao Parlamento. Sei das dificuldades, esse mandato, quase 27 mil votos, Deputado Bazana, fiquei fora, e um pouco, hoje na mudança que tem, um pouco também está nos dois anos e meio que fiquei fora desse Parlamento, com os Deputados Elio, Nereu e Bazana. Ficamos fora, isso se avança as lideranças nos municípios onde você tem a sua atuação, e automaticamente você vai perdendo a força. Mas não deixei assim mesmo a minha vontade e a lealdade para poder voltar, como quase 27 mil votos, sou um dos Deputados, e aqui agradeço ao Governador Ratinho Junior e também ao Presidente desta Casa, o Deputado Ademar Traiano, de estar no PSD. Fui um dos candidatos que concorreu a Deputado Estadual pelo Partido do Governador

Ratinho Junior. Então, a minha gratidão aos companheiros que me deram essa liberdade de concorrer neste momento a Deputado Estadual. Fica aqui meu agradecimento, meu até breve, que falo que até breve, porque com 57 anos não paro por aqui, porque quem teve uma vida de vendedor de loteria por 25 anos na minha cidade, cidade de Cascavel, se falasse, Nereu, quando cheguei como Vereador mais votado em 2000, e falei que seria Deputado em 2010 em Cascavel, ninguém acreditava, mas fui buscar, com a minha família, com meus amigos, a oportunidade de representar o cidadão paranaense. Sei o quanto foi difícil para cumprir essa missão, porque é a missão de ajudar as pessoas, fazer as leis, transformar a vida das pessoas, nem sempre...

Deputado Nereu Moura (MDB): Concede-me um aparte, Deputado Adelino?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Já sim, Deputado Nereu, passo com maior prazer. Sei que nem sempre agradamos todos, quando você vota uma lei para poder ajudar o Governo a buscar o recurso, nem sempre agrada o cidadão. Mas sou muito leal, companheiro e dedicado realmente naquilo que pego para fazer. Não foi à toa que um simples vendedor de loteria está aqui no Parlamento do Estado do Paraná cumprindo a sua missão, que é representar o Estado do Paraná. Então, na minha simplicidade, no meu jeito de fazer política, não mudo, todo final de ano visito 10, 12 mil famílias. Final do ano passado visitei 7 mil casas, pessoalmente vou na casa das pessoas, e só agradecer a oportunidade de estar como parlamentar aqui em um setor tão importante do meu Estado. Então, gratidão por tudo o que já aconteceu na minha vida, e um aprendizado que vocês me deixam, vejo aqui Deputado com oito mandatos, 101 mandatos, tive a oportunidade de votar em quase todos os Conselheiros nesses 10 anos de Parlamento. Que bom, amanhã vou ter a oportunidade de votar mais uma vez em um Conselheiro, já votei no nosso companheiro Zuchi, e amanhã terei a oportunidade de votar no Conselheiro. Votei aqui também, Deputado Tiago, tive a oportunidade de votar no seu pai como Conselheiro. Falo que gosto do Parlamento e gosto também de prestigiar quem está no Parlamento, e naquele momento me senti na obrigação de votar e dar esse voto de confiança para uma

pessoa que está nos representando bem no Tribunal de Contas. Amanhã é um dia mais importante ainda de estar dando a oportunidade do Zucchinho de estar ocupando o Tribunal de Contas também. Essa é a missão de quem passa pelo parlamento aprende, faz história e o dia de amanhã pode estar fazendo aquilo que realmente precisamos, que é fazer um trabalho no Tribunal de Contas. Deixo aqui, vou deixar a palavra com o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (MDB): Rapidinho, Deputado Adelino. Quero dizer que V.Ex.^a é um guerreiro, conheço a sua história, o Vereador mais votado da história de Cascavel, e não conseguiu se eleger, muito embora tenha sido o mais votado de Cascavel em uma eleição, pois V.Ex.^a conseguiu se eleger por duas vezes. Vossa Excelência que visita casa por casa a pé, que anda de bicicleta nos bairros de Cascavel. Conheço toda a sua trajetória e V.Ex.^a tem que ter orgulho mesmo de tudo o que fez, de todas as conquistas que teve, e tem uma vida admirável. Tenho muito apreço, respeito por V.Ex.^a, tenho certeza de que V.Ex.^a não vai parar por aqui, sua caminhada é longa, porque quem tem consistência, quem tem conteúdo, quem tem garra, fibra, como V.Ex.^a tem, não fica pelo caminho, caminha e vai em frente. Os obstáculos aparecem, os desafios surgem, mas eles são superados com o destemor como um caboclo guerreiro como é V.Ex.^a. Então, parabéns, tem a minha admiração, e a certeza de que vou encontrá-lo em outras disputas e com V.Ex.^a obtendo grande sucesso. Tudo de bom, Deputado Adelino.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Obrigado, Deputado Nereu.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Concede-me um aparte, Deputado Adelino?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Concedo um aparte ao Deputado Tiago.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Meu amigo, Deputado Adelino, o senhor sabe o carinho que tenho, o respeito e a admiração que tenho por V.Ex.^a. Brinco sempre que ficava sentido em função da tua escolha partidária, ou decisão feita na última eleição, que chegou lá com muito, voto para ser eleito praticamente por qualquer partido, representando realmente a sua liderança, e acabou, por uma questão de

composição, ficando fora. E de fato parece que quis o destino quase que conduzir na mesma direção, mas você não sai daqui porque não tem voto, ou porque não tenha representação, sai porque infelizmente o cálculo político é esse. Mas a tua liderança, a tua representatividade, ela está comprovada e demonstrada. E tenho muito orgulho de você pela sua trajetória, pela tua caminhada, pela tua simplicidade e pela forma fácil que você tem de se comunicar com as pessoas. Você é respeitado por todos da tua região e pelos teus colegas aqui pela tua sinceridade, pelo teu jeitão de ser e pelas tuas portas abertas a todos. Você não deixou o parlamento subir a sua cabeça, pelo contrário, você se manteve sempre uma pessoa simples, humilde, mas de grande coração e grande capacidade. Então, aqui meus parabéns meu irmão, que Deus te abençoe nessa caminhada, e pode ter certeza de que você tem um companheiro aqui para tudo aquilo que você for fazer ao longo da tua jornada. Deus te abençoe muito.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Obrigado, Deputado Tiago.

Deputado Bazana (PSD): Permite um aparte meu amigo Adelino?

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Pois não, Deputado Bazana.

Deputado Bazana (PSD): Quero cumprimentar o Excelentíssimo Deputado e agradecer. Chegamos juntos nesta Casa e com você pude aprender muito, porque perguntava muita coisa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, tem o tempo para concluir.

Deputado Bazana (PSD): Então, que Deus te abençoe, tenho certeza de que a sua jornada não acaba por aqui e agradeço a Deus por colocar pessoas como você em nossa vida, e a amizade vai continuar cada vez mais. Acho que você tem muito a oferecer ao Paraná ainda, tenho certeza de que será muito bem aproveitado pelo Governo do Estado.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Obrigado, Bazana. Obrigado, Tiago, pelas palavras. O Deputado Nereu Moura, meu companheiro de região...

Deputado Francisco Bührer (PSD): Deputado Adelino, bem rapidinho. Tudo de bom para você. Você sempre foi um parceiro aqui na Assembleia Legislativa. Uma pessoa dedicada. Uma pessoa honesta, de palavra. Acho que isso demonstrou seu caráter. E quando você fala da sua humildade, também vim do interior, da roça, temos orgulho das nossas origens. E a tua contribuição neste Parlamento, com o Estado foi muito grande. Então, sucesso. E tenho certeza do teu retorno, porque você faz um trabalho extraordinário. Felicidades. Que Deus ilumine a tua vida.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Obrigado, Deputado Chico. Queria, Deputado Tercílio Turini, fazer um agradecimento ao Deputado Ademar Traiano. Ele não está aqui, mas queria fazer um agradecimento ao Deputado Ademar Traiano. Por que faço este agradecimento? Porque ele me deu a oportunidade, no meu mandato anterior, de ocupar junto a Mesa Diretora desta Casa. Então, mais orgulhoso ainda fiquei, de ser convidado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pode concluir.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): ... para fazer parte da Mesa Diretora desta Casa. É um orgulho muito grande para mim, para minha família, para minha esposa, para os meus filhos, para os netos ter uma pessoa com esse perfil aqui no Parlamento. Então, agradeço. Sei do quanto que levo dessa experiência importante, Deputado Douglas, tivemos participação em CPIs e tive a oportunidade de andar de Van no Paraná inteiro fiscalizando os leitos do SUS, com o Ex-Deputado Paranhos. Sei o quanto é importante o Parlamentar não fazer da sua vida um *bico*. Fazer do Parlamento a sua vida no dia a dia. E sempre usei o meu mandato para estar ao lado da população em todos os momentos. Então, o meu agradecimento. Agradeço ao meu chefe de gabinete, o Rogério Amaral, em nome de todos os nossos funcionários do meu gabinete um até breve. Agradeço também a minha esposa, aos meus filhos, aos meus netos a oportunidade de um

pouco ausente, mas um pai presente no dia a dia do cidadão paranaense. Então, muito orgulhoso por ocupar o espaço. Vi ontem aqui a votação dos Bombeiros e passou aqui nesta Casa. Conheço, o Vereador da minha cidade é Bombeiro. Vereador que eu, realmente, votei nele é Bombeiro. Sei o quanto é importante a lei de vocês. Mexe, sim, com sentimento da família de vocês, com tudo de vocês, realmente. E o Parlamentar não é diferente. Quando ele sai daqui, ele também tem a sua vida fora, tem a sua família. Então, foi muito positivo estar presente nesta Casa para cumprir a minha missão.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Pois não, Deputado Marcio Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Adelino Ribeiro, como Deputado de Cascavel, com V.Ex.^a, quero fazer aqui um testemunho do tamanho da perda, do prejuízo que será a ausência de V.Ex.^a nesta Casa para Cascavel, para a Região Oeste do Paraná. Felizmente foram tantas candidaturas que, às vezes, vem essa ideia do aumento da representatividade, nesse caso, V.Ex.^a deixa, realmente, um vazio muito grande, porque sabemos o quanto V.Ex.^a é um homem trabalhador, é um lutador, consegue estar presente e próximo das pessoas. Quantos benefícios, quantas demandas V.Ex.^a atendeu e contribuiu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adelino, pois não.

Deputado Marcio Pacheco (REP): ... só para concluir, Presidente. E contribuiu para atendimento de demandas tão importantes para Cascavel. Então, quero que V.Ex.^a receba meus cumprimentos, o nosso “até breve”. Tenho certeza de que é uma questão de tempo. Vossa Excelência tem habilidade, tem força, certamente retornará a esta Casa. E que Deus o abençoe. Se estiver ao meu alcance conte comigo sempre. Deus abençoe sua caminhada.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Obrigado, Deputado Marcio Pacheco, é da minha cidade. A cidade vai estar bem representada por Vossa Excelência. O Deputado Gugu Bueno, Deputado Uziel Luiz farão um trabalho aqui. E um até breve, Deputado Traiano. Nós que tivemos a satisfação de estar aqui no Parlamento com Vossa Excelência. Acabei de falar aqui, o senhor não estava aqui, mas um agradecimento. Sei que aprendi muito e levo desse aprendizado coisas boas, de um bom amigo, um bom companheiro, um cara leal que realmente faz um bom papel como Líder. Falo que o Parlamento precisa de uma pessoa com esse perfil, com essa responsabilidade e tive a oportunidade de fazer parte desta Mesa com Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adelino, tenho convicção de que V.Ex.^a, pela capacidade que tem, líder nato, tem tino político, nasceu para isso, como disse V.Ex.^a, um até breve. Voltará com certeza à vida pública rapidamente, pela sua forma de agir, pensar, pela sua sensibilidade. Homem simples, mas que tem um coração enorme, dedicado à causa pública, amor e devoção à sua cidade, Região Oeste do Paraná. Esta Casa sentirá a sua falta aqui, com certeza. Virão os demais representantes, mas tenho convicção de que, pela sua estada aqui, V.Ex.^a deixa realmente, já deixa rastro de saudade, pela forma como se conduziu, portou-se, sempre com muita lealdade, que é uma das suas características, firmeza nas suas afirmações. Conte sempre com a nossa solidariedade, nosso apoio e a nossa amizade. Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e a todos que nos acompanham...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo, posso só pedir um minuto de atenção para registrar aqui duas presenças. Peço que ajuste o tempo do Deputado. Do Prefeito Gerson Marcato, não sei se já foi anunciado, do município de Jaguapitã, por solicitação do Deputado Tercílio Turini, e também da Carol Dartora, Vereadora, Deputada Federal eleita, primeira mulher

negra eleita aqui no Estado do Paraná. Sejam bem-vindos à Casa. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Bem, o Brasil hoje vive um momento de grande inversão de valores. E não é de hoje não. Já vem de algum tempo, onde bandidos são protegidos e o cidadão de bem tem menos apreço pela lei do que os marginais. Vou citar um caso aqui e aproveitar para parabenizar o advogado criminalista Dr. Jeffrey Chiquini. Olha só, ele teve mais uma vitória em sua carreira. Ele defendeu quatro policiais da Rone, que foram acusados levianamente de torturadores. Olha a que ponto chegamos. Vou ler aqui: "Traficantes presos por equipe da Rone em operação na cidade de Cascavel acusaram os policiais de tortura. A defesa dos traficantes utilizou a alegação de tortura como tese defensiva. Eles foram absolvidos das acusações de tráfico de drogas após requerimento do Ministério Público". Lamento muito a atuação de alguns membros do Ministério Público que em vez de defender o que a lei manda, preferem defender os que andam fora da lei. E não é só no caso de bandido. Aqui em Curitiba temos aqui um Prefeito ditador que está pondo funcionários públicos, está demitindo porque não tomaram vacina da Covid, sendo que tem uma lei estadual que proíbe a obrigatoriedade da comprovação da vacina da Covid. E ao Ministério Público já fiz a denúncia faz algum tempo e até o momento zero de resposta. Mas continuando o caso aqui dos policiais. "Após absolvição dos indivíduos presos, com quantidade expressiva de cocaína, o Ministério Público acusou os policiais pela prática de quatro crimes de torturas. Durante a instrução do processo e defesa dos policiais militares, ficou demonstrado que todas as vítimas tinham relação de amizade e que a acusação de tortura foi criação da defesa dos traficantes. Mesmo o Ministério Público pedindo a condenação dos policiais militares pela prática de torturas, os honrados policiais foram absolvidos das falsas acusações". Olha só, gente, isso é grave. O Dr. Jeffrey me informou que ele já vem há muito tempo alertando as autoridades que acusar policiais de tortura tem sido *modus operandi* das defesas dos traficantes. Agora, os Sr.^s do Ministério Público envolvidos nesse caso, além de o traficante ser um criminoso perigoso, que tem práticas de assassinatos, de torturas, ele também, quando vende uma

droga, está destruindo famílias. Então, é melhor os senhores acordarem para a realidade e fazerem um trabalho direito e defender o cidadão de bem. Os senhores são bem pagos para isso. O outro assunto que ocorreu ontem em Brasília, não posso aqui deixar de me manifestar. Após a diplomação do ex-presidiário, em uma sessão que não foi uma sessão de diplomação, foi um circo armado. Os convidados escolhidos a dedo para bater palma para discursos mentirosos. Chega lá, o Ministro Benedito, chega no ouvido, no ouvido do protótipo de imperador, Alexandre de Moraes, e diz assim: "Missão dada é missão cumprida". O que se pode entender disso, gente? Um Ministro chegar no ouvido do Presidente do TSE e dizer assim: "Olha, cumprimos a missão". Vai saber qual foi essa missão, já imaginamos. Aí, terminada a diplomação, foram se reunir na casa do advogado "Kakaio", lá, em Brasília, que fez um jantar, uma roda de samba para eles comemorarem essa vitória dessa grande armação que fizeram com o nosso Brasil. E no discurso do Alexandre de Moraes ele diz, ainda, que vai punir quem jogar contra as eleições porque as eleições foram limpas e transparentes. Ministro Alexandre de Moraes, qual é o seu medo de entregar o código fonte? Quem não deve não teme: entrega o código fonte e acabamos com essa onda de dúvida. A população tem o direito e não pode ficar com dúvidas. É um direito constitucional! Então, está muito fácil de resolver. E, se não entregar, acho que alguém vai bater na sua porta em breve e vai pegar essa informação. O pior que esse Ministro, esse Ministro Alexandre de Moraes, após esse circo armado da diplomação, ele esteve, mais um ato criminoso e irresponsável de mandar prender o índio, o Cacique Xavante Serere. Prendeu por quê? Ele estava armado? Ele matou alguém? Ele roubou? Não. Porque se ele tivesse feito isso, ele estaria solto porque hoje eles gostam de soltar o bandido e prender o cidadão de bem. Ainda bem que hoje tem telefone celular, então as mentiras são facilmente anuladas. Tiveram lá alguns manifestantes revoltados que colocaram fogo em ônibus e carros. *Modus operandi* do PT, *modus operandi* da quadrilha da quadrilha do PT. Aí foram filmadas as pessoas *black blocs* de capuz, com máscara antigás e bomba de coquetel molotov. Exatamente o que os mandantes, ou melhor, o que

os comandados pelo PT fazem em seus atos, em suas manifestações, geralmente criminosas e violentas. Quando... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço, por favor, por favor, peço a compreensão. Ele tem a liberdade de falar na tribuna... Peço a vocês compreensão, educadamente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Quem bate palma para bandido é conivente. Então, esses manifestantes, que espero que tenham sido filmados pelas câmeras em Brasília, sejam presos e têm que ser presos mesmo, porque nenhuma manifestação da direita, nenhuma teve violência, zero, no Brasil inteiro. E foram milhões para as ruas, milhões e milhões para as ruas, sem nenhum ato criminoso. Quando acaba uma manifestação da direita, está tudo limpo e organizado, porque são famílias que estão lá! Não são bandidos contratados a dinheiro e a pão com mortadela, na direita não tem. O povo vai de livre e espontânea vontade. Aí quando escuto essa *petralhada* dizer: *o amor venceu o ódio*. Que piada! O PT tem amor ao ódio, amor ao ódio. Eles têm o ódio dentro deles, tanto é que outro dia um carro, um gol, em uma manifestação, atropelou um monte de gente. Era um petista fanático. E agora, semana passada, em Cascavel, outra petista indecente, criminosa, atropelou um monte de gente porque não aceita, o PT não aceita o contraditório. É só isso! Aceitamos o contraditório a vida inteira, o PT se manifestando, e ninguém foi brigar, ninguém fez nada. Deixamos a *petralhada* na rua fazendo baderna! Ficaram aqui em um acampamento, em Curitiba, defendendo o ex-presidiário 500 dias e ninguém falou que era um ato antidemocrático. Se ele foi julgado, condenado e preso, se você vai jogar contra, é um ato antidemocrático e não vi nenhum Ministro falar nada e ninguém falar nada! Agora quem está se manifestando, pacificamente nas ruas, vem essa cambada dizer que é ato antidemocrático. Com certeza querem mudar a Constituição Federal. (Manifestações nas galerias.) Senhor Presidente, pede para esse pessoal ter um pouquinho de educação, o mínimo só!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pessoal, por favor, o Deputado tem todo o direito de usar a tribuna, vocês são sempre bem-vindos aqui à Casa. O Deputado Traiano tinha chamado a atenção, vamos ouvir o Deputado. Depois, no final, aí fiquem à vontade para se manifestar, aplaudir ou vaiar, mas vamos respeitar o Deputado. Continue, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É difícil, Presidente, porque essa turma não respeita e não aceita ouvir o contraditório. A verdade dói muito para eles, eles reclamam por isso: não querem ouvir a verdade. Querem continuar se alimentando do ódio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arruda, V.Ex.^a tem um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não, Presidente. Então, lamento muito o episódio que teve lá. Teve um ônibus que veio de Rondônia – está lá o vídeo vou pôr isso aqui – uma mulher, todos travestidos de índio que não são índios – indo, ela diz não sei para onde. E onde estava a mulher? Estava no ônibus, estava em Brasília também pondo fogo em ônibus! Tudo contratado por essa maldita, podre e corrupta esquerda. Isso será provado e em breve teremos o Brasil livre novamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Gostaria de convidar todos os nossos colegas da Comissão de Saúde, após esta Sessão, logo na sala ao lado teremos uma reunião da Comissão de Saúde para discutir os Projetos pendentes. Muito obrigado. Estão todos estão avisados e os Deputados que quiserem participar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, nossos visitantes. Quero primeiro, Sr. Presidente, fazer um agradecimento. Agradecimento a todos os funcionários desta Casa, porque hoje certamente é a nossa penúltima Sessão, mas sei que amanhã será um dia que estaremos fazendo várias votações na parte da manhã. E uma das coisas que aprendi muito aqui é respeitarmos muito os funcionários desta Casa. Fica aqui um agradecimento a todos os funcionários e funcionárias, que durante esse período todo, às vezes por longas horas tiveram que ficar conosco aqui. Foram alguns momentos, não é, Deputados, que muitas vezes falei para os Deputados, muitas vezes foram difíceis de serem atravessados aqui, mas nós, de certa forma, sempre conseguimos conviver muito bem com todos os funcionários aqui. E fica, aqui, a todos os funcionários e as funcionárias o agradecimento por tudo que fizeram e por todo respeito que têm a todos os Deputados, a todas as pessoas que vêm aqui e que são recebidas todos os dias, todas as semanas. E venho também, obviamente, Sr. Presidente, à tribuna, porque ontem acompanhamos, Deputado Evandro, fatos lamentáveis que aconteceram em Brasília. Fatos lamentáveis que aconteceram não por cidadãos de bem, como disseram hoje vários repórteres inclusive o da Band que estava bastante irritado, mas, por quadrilheiros. O pessoal que fazia o que fizeram, ontem, Deputado Pacheco, não tem nada a ver com aquele discursinho que é cidadão de bem, direita de bem. São bandidos! Quem põe fogo em ônibus, quem põe fogo em ônibus, quem tenta invadir a sede da Polícia Federal, quem avança sobre policiais com pedaços de pau e pedra, quem diz que tem que chamar atiradores e caçadores para impedir que Lula, que foi ontem diplomado e será o Presidente da República a partir do dia 1.^º de janeiro, tem que ir para cadeia. Esse povo que está na frente de quartel, dizendo que tem uma causa, que parece que virou um monte de zumbi, que não sabe exatamente mais o que faz da vida. Esse povo que sai dali... E falo isso porque vi. Na terça-feira passada, uma quantidade enorme de pessoas dentro de hotéis, saindo com a sua roupinha da cor que achavam mais conveniente, chapeuzinho, cadeirinha de praia, indo para frente do quartel, à tarde voltando para o hotel, ficando sossegado. Tudo bem, é o seu direito, mas pergunto: se

fossem sindicalistas ficando... A APP que todo mundo aqui conhece e, aliás, falam muito às vezes da APP aqui, se os professores ficassem 30 dias na frente dos quartéis exigindo que o Governo do Estado aumentasse os seus salários? O que aconteceria se fechassem as ruas? O que aconteceria se os movimentos rurais trancassem as rodovias? O que aconteceria se o Deputado "A", "B" ou "C", aqui, da Direita, passasse em frente a um desses movimentos, identificando o seu carro como sendo bolsonarista, e com a camisa que achasse que era a sua camisa, e acontecesse aquilo que acontece se você passar com o seu carro identificado como apoiador do Presidente Lula, que quebra o carro, bate nas pessoas, xingam as pessoas? Não ficariam um dia, Sr. Presidente, não ficariam um dia, porque a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Guarda Municipal... Aliás, o Prefeito Rafael Greca aqui teria feito já um interdito proibitório proibindo que as pessoas ficassem nas calçadas, mas como são os tais cidadãos de bem, que na verdade não são de bem coisa nenhuma, porque quando entram para queimar ônibus, para destruir carros, para invadir a Polícia Federal, para incentivar o crime, e não estou dizendo que todos eles são assim, mas aqueles que fazem isso são quadrilheiros, são milicianos, são pessoas que querem destruir a democracia pregando todos os dias o golpe. Não vou falar que são insanos, porque não são insanos, não são insanos. São pessoas que sabem muito bem o que querem, têm respaldo dentro dos Parlamentos, têm respaldo dentro das instituições, têm respaldo dentro do sistema financeiro, têm respaldo no setor produtivo, mas não têm o direito, não têm o direito de pregar a ruptura institucional, não têm o direito de dizer: *O Presidente Lula não sobe a rampa*. Ou colocaram um carro assim e assado dizendo que esta é a rampa. A rampa será subida, sim, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Talvez quem não desça a rampa, quem não desça a rampa seja justamente Jair Bolsonaro, que falam que está em um estado de profunda depressão. E acho que não é depressão, é medo. É medo de ser preso no dia 2 de janeiro. Não será preso. Não será preso, mas é medo. É medo que os seus filhos tenham como próxima etapa da vida o cumprimento de pena. É medo que os seus segredos de cem anos, os seus sigilos secretos, sejam descobertos. É medo que venha à tona tudo que aconteceu durante esses quatro anos de

tragédia que o Brasil viveu. E esse medo certamente faz com que esse Presidente, que era tão falante, que, aliás, mandava as pessoas procurarem a mãe para comprar vacina; que fazia de conta que estava perdendo o ar quando falavam da Covid; que não usava máscara porque achava que máscara não precisava usar; que dizia que não ia comprar a vacina porque era uma *gripezinha*; que falava que a Amazônia não queimava porque era úmida; que dizia que eram as grandes instituições internacionais que faziam uma campanha contra o Brasil. Esse mesmo senhor que foi eleito jurando defender a Constituição, é aquele que prega o golpe todos os dias, e que vem com uma forma que não há como explicar e dizer: *O jogo ainda não terminou. Calma! Vamos esperar.* Esperar o quê? Esperar o quê? Esperar que os malucos que estão lá, que não são malucos, volto a dizer... Faço aspas aqui àquilo que falou o repórter, hoje de manhã, na *TV Bandeirantes*: “Quem age assim é o PCC”. Quem age assim são os milicianos. Quem age assim são os comandos, que não admitem serem derrotados, e têm que ser tratados como são tratados o crime organizado, a milícias, os comandos. Não há que se ter anistia para quem pregou a quebra da instituição e a ruptura da democracia. Não há que se ter. A nossa juventude, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, terão um futuro melhor. Pode ser que não acertemos, enquanto Partido dos Trabalhadores, tudo aquilo que gostaríamos, mas, certamente, em nenhum momento, o Partido dos Trabalhadores e os Partidos aliados irão pregar a ruptura por terem perdido a eleição. Já perdemos muitas eleições, muitas eleições. A última, aliás, perdemos porque um Ex-Juiz, à época o Juiz Sergio Moro, idolatrado por tantos aqui dentro, tantos aqui dentro, fez com que o Lula fosse preso para não concorrer às eleições. E onde que está Sergio Moro hoje? Cadê os seus apoiadores? Cadê aqueles que diziam que Sergio Moro e Jair Bolsonaro eram faces da mesma moeda? Hoje, Jair se diz traído por Moro e trai Moro. Moro deve estar pensando em um provérbio espanhol, Deputado Michele, que diz: *Crie corvos e eles comerão seus olhos.* Hoje, Moro deve estar pensando que criou corvos, mas deve estar feliz porque é Senador, assim como Deltan Dallagnol. E queremos ver Deltan Dallagnol fazendo a defesa que fazia aqui lá no Congresso Nacional, porque lá ele é só um dos 503 Deputados, como eu, como a

Carol Dartora, como tantos outros. Só um. Não é mais o senhor que prendia e soltava, que acusava sem provas, que dizia tudo que queria e a imprensa corria atrás. Será apenas, Deputado Jonas, mais um Deputado. O Sr. Sergio Moro não será o homem cantado em verso e prosa, será apenas mais um Senador, e se não tiver competência, e não estou dizendo que não tem, porque acho que tem qualificações, pelo menos para fazer o que fez, se não tiver competência será varrido da história como tantos já foram, como podemos ser também. Deputado Plauto, o senhor que já tem tantos anos aqui nesta Casa sabe que mandatos vêm e mandatos acabam. Somos todos nós, todos nós, Deputado Elio, temos mandatos temporários. Agora, tentar fazer desse período temporário como se ele fosse definitivo dá no que deu: choro, lágrimas, ranger de dentes e, muitas vezes, tentativa de golpe. Talvez tenha sido isso que Bolsonaro e seus filhos tanto quiseram: ficar eternos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não vão ficar. Pode xingar Lula, mas Lula é o Presidente da República eleito com 60 milhões de votos. Pode xingar o PT, mas o PT é o Partido que estará, a partir do dia 1º de janeiro, governando o nosso País com os partidos aliados. Quem perdeu vai para Oposição, é digno; quem ganhou governa, é obrigação. Agora, quem perdeu tentar governar por meio do golpe é miserável, é pobre, é tão irresponsável, tão pequeno que não há palavras para descrever. Por isso, Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu abraço a todos os Deputados que, neste período todo de 20 anos, ouviram-nos, às vezes pacientemente, às vezes muito irritados, mas convivemos com respeito. E vou dizer aqui, para encerrar, Sr. Presidente, aquilo que falei no primeiro dia aqui deste mandato. Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Da forma que nos tratarem serão tratados. Se nos tratarem com respeito serão respeitados; se nos tratarem com desrespeito

serão desrespeitados. Peço desculpas aos que tive que desrespeitar e agradeço a quem tive que respeitar, porque sempre me respeitaram. Obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e nossos funcionários!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo Deputado, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel. Não está. Deputado Arilson, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Chego nesta tarde, Presidente, para falar dos atos que ocorreram ontem em Brasília e vou com uma matéria aqui que tem no *site Metrópolis*: “Extremista detido pela Polícia Federal já foi preso por tráfico de drogas em 2008”. José Acácio Serere Xavante foi preso com cocaína e condenado a quatro anos e oito meses de prisão. Esse mesmo ativista é o que foi preso pela PF a 600 metros do hotel onde estava o Lula e é também ele quem atacou as urnas e xingou Lula e Moraes tempos atrás. Além disso, incentivou atos antidemocráticos. Um indígena que na verdade é um índio *fake*, assim como o padre da campanha era um padre de São João, que não existia, assim com o Juiz imparcial é um ativista político que acabou se elegendo Senador aqui, que nunca foi Juiz de nada, assim como é um Presidente que nunca existiu e é na verdade um animador de circo, porque nunca vi dar tanta energia para tantos produzirem maldade para o País e incitarem atos de violência. Aqui nesta Casa tem Deputados que infelizmente fazem falas que acabam incitando a violência, têm atitudes que não condizem ao cargo. Primeiro que quem discorda da urna eletrônica e foi eleito por ela tem que ter hombridade e renunciar o mandato. Renuncie o mandato, já que não acredita na urna. Diga aqui: *Não acredito na urna e não aceito ser Deputado com os votos registrados nas urnas*. Isso começa a ser verdadeiro, porque para estar do lado de uma tese tem que acreditar na tese, tem que ter conhecimento da tese e defendê-la. Estar aqui com *fake news* em uma hora dessa, onde o Brasil está precisando de paz, para incentivar o ódio e a briga não adianta. Quem bota fogo em ônibus é terrorista, quem tranca a passagem das pessoas é terrorista, quem atira em ônibus escolar, que passa criança para ir para a escola, em frente à manifestação, é terrorista, quem não deixa o filho passar

com o pai para uma consulta é terrorista, quem ataca caminhoneiro quando quer passar é terrorista, sim! Isso não é cidadão de bem, não! Cidadão de bem são pessoas que temem a Deus e respeitam o próximo. Esse outro aí, falso profeta, não incita isso. Um Presidente da República que não teve coragem de vir admitir o resultado eleitoral até agora e usa do seu silêncio para incentivar as pessoas a ficarem violentas é um canalha, é um canalha e vai sair dia 1º de janeiro, na posse mais popular da história do Brasil, queira ou não. (Aplausos.) Tem que trabalhar e rezar muito para não sair algemado. Um vai subir a rampa e o outro não tem coragem de descer a rampa, tem que sair pelas portas dos fundos, porque a história não permite canalha no poder. É isso que é esse Bolsonaro que está aí hoje. Queria estar aqui hoje para falar um discurso alegre, mas, face aos ataques ao Ex-Presidente Lula, não me resta outra alternativa. Ontem foi um dia importante para a democracia brasileira, foi soberana, deu posse a um injustiçado, deu um diploma para uma pessoa que passou por uma perseguição incrível, a mais implacável de todas. E às vezes entendo um ou outro aqui, deve doer muito, tem uma tara pelo Lula que é inconcebível, ficam o dia inteiro no celular vendo as falas do Lula para vir aqui criticar. Esse Lula é porreta mesmo, fala para nós, que o defendemos, mas fala mais ainda para os outros que não têm outro modo de vida política a não ser criticar o Lula. O dia em que o Lula se aposentar vai aposentar também, mas não por força de vontade, por não ter mais o que fazer! É isso o que acontece hoje aqui! Lula foi vítima de uma perseguição judicial, a pior de todas, foi cerceado de ter os seus direitos, foi preso e injustiçado por 580 dias e detido aqui em Curitiba. Tivemos uma manifestação popular, sim, de vigília, mas não vigília paga, não gente dormindo em hotel em Brasília, não um índio pago por fazendeiros do Mato Grosso para estar lá para fazer baderna. Não teve isso! Todos voluntários pela causa. Mas, esse povo aí que está fazendo essa baderna toda não tem causa, porque baderneiro ama baderna, a única causa que tem é o caos. Sou administrador de empresas e existe uma teoria na administração chamada de Teoria do Caos, que quanto maior o caos, mais fácil é para você fazer as medidas que não poderiam nunca ser feitas. É essa teoria que esse bando de arruaceiros está promovendo pelo País, mas se pensam que com isso

vão deter o povo brasileiro, não vão. Como Lula dizia, podem atrasar um pouquinho algumas coisas, mas nunca atrasarão a chegada da primavera. A primavera no Brasil, a primavera no Brasil será no dia 1º de janeiro de 2023. E, podem ficar bravos, mas a primavera será vermelha, da cor do povo, e branca da paz. Branca da paz! O Brasil precisa dessa paz mais do que nunca. A hora agora é de construção, de construção coletiva, de construção inclusive daqueles que foram adversários. A aliança plural que está sendo construída em Brasília é para recuperar o Brasil, para retirar o Brasil do atraso, para retirar o Brasil da violência, para retirar o Brasil do ódio, para retirar o Brasil do bolsonarismo, termo esse que congrega toda e qualquer maldade encontrada hoje em nossa sociedade, desde violência política ao preconceito, à intolerância política ou à briga religiosa fervorosa. Isso resume a palavra bolsonarismo. E muito pior do que o Bolsonaro é o bolsonarismo, porque o Bolsonaro é o personagem, o problema são aqueles que acreditam no raio do personagem criado pelo Bolsonaro e o defendem de forma fervorosa. Nenhuma peça teatral teve tantos adeptos como tem agora e temos que tomar cuidado, em momentos do mundo já aconteceu isso. A Itália fascista de Mussolini passou por isso, a Alemanha nazista de Hitler passou por isso. Iludiram, enganaram, mentiram e espalharam a intolerância e o ódio como forma de fazer política e levaram a guerras, onde muitas pessoas morreram. O Brasil hoje teve esse processo interrompido no dia 30 e, se Deus quiser, no dia 1º de janeiro, terá a interrupção definitiva, com o atual Presidente *fake* do Brasil sendo retirado do Palácio e indo para qualquer outro lugar, menos lá, que é onde nunca deveria ter estado. Vai subir a rampa, sim, com Geraldo Alckmin, o maior Presidente da história do Brasil, o Presidente de fato do tríplex, de 2002, de 2006 e de 2022, o tríplex do povo brasileiro, o tríplex, sim, verdadeiro e reconhecido nas urnas. Às vezes não aceito por alguns, mas este processo de aceitar é doloroso, mas uma hora vai passar e vocês vão entender o quanto isso foi essencial para o nosso País. Não queremos mais ver a fome espalhada como está, não queremos ver cenas de tristeza pelas ruas dos grandes centros principalmente, não queremos ter esse espalhamento de ódio e esses discursos violentos que temos que ver. Mas, toda vez que eles estiverem com discursos violentos, nós da Oposição

estaremos aqui para rebater, porque não corremos de grito alto, porque não temos medo de posições às vezes forçadas, estamos do lado certo, da verdade, da história e com números. O cidadão da convicção perdeu a sua narrativa jurídica e perdeu os processos; o cidadão que mentiu com *fake news* para o povo perdeu a eleição. Só resta agora aqueles que demoraram um pouco mais para entender que tudo isso era uma mentira, que logo, logo vão entender. Pois, como dizia Abraham Lincoln, você engana muitas pessoas por pouco tempo ou muito tempo poucas pessoas, mas todo mundo sendo enganado ao mesmo tempo por um monte de tempo não acontece. Então, aceita que dói menos! Dia 1.^º de janeiro é Lula Presidente. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo

Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (49 Parlamentares); Deputados ausentes com jusitificativa: Guto Silva (PP), conforme § II art. 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Luiz Carlos Martins (PP), Marcel Micheletto (PL), Nelson Justus (União), e Paulo Litro (PSD) (4 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 532/2022**, do Deputado Goura, que proíbe a construção de estruturas de arquitetura hostil no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 533/2022**, do Deputado Goura, que estabelece procedimentos em casos de sinistros de trânsito com produtos ou resíduos perigosos; **Autuado sob o n.^º 534/2022**, do Deputado Goura, que dispõe sobre a pesca artesanal no litoral do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, convocação: “Convoco os Sr.^s Deputados para a Sessão Especial no dia 14 de dezembro de 2022, às 8h30, para deliberar sobre o nome proposto para a vaga de Conselheiro do Tribunal do Contas do Estado, decorrente da aposentadoria do Conselheiro Nestor Batista, 13 de dezembro de 2022, Deputado Ademar Traiano”. Repito, Sr.^s Deputados, faremos uma Sessão Especial amanhã, às 8h30. Sessão Especial às 8h30 para escolhermos o novo Conselheiro do Tribunal de Contas. Na sequência, ainda pela manhã, Sessão Ordinária e outra Extraordinária após a conclusão da Sessão Ordinária. Então, as Sessões serão pela manhã. Ainda, Sr.^s Deputados, o protocolo encerrará amanhã, as 9 horas. Serão aceitas somente as emendas de requerimentos que o protocolo for enviado até às 9 horas.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Emenda à Constituição do Estado - PEC n.^º 3/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 106/2022, que altera e revoga dispositivos da Constituição do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Especial de Reforma da Constituição. Regime de urgência. De conhecimento dos Senhores Deputados. Apreciar neste turno Substitutivo geral e Emenda n.^º 10 apresentada na Comissão Especial de Reforma da Constituição. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, a nossa assessoria fez uma análise de que ontem foi a votação da emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli, emenda n.^º 10. Consultamos o parecer da Comissão da PEC. Essa emenda havia sido rejeitada no parecer da Comissão da PEC. Inclusive, o texto apresentado como substitutivo geral na PEC não incluiu o texto da Emenda n.^º 10. A minha pergunta: como é que ela foi votada ontem em Sessão?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, houve um requerimento do autor para que a emenda fosse votada, separadamente e foi aprovado pelo Plenário.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Foi uma espécie de recurso apresentado. Foi um recurso apresentado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, requerimento normal.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Mas a emenda foi rejeitada na Comissão, como todas as outras.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A emenda da PEC, a Comissão Especial da PEC não tem parecer terminativo, ela apenas tramita na CCJ, portanto há possibilidade.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Na CCJ não, Presidente. Na Comissão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Só a CCJ tem parecer terminativo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Até por amor ao Regimento, a PEC tem um trâmite especial nesta Casa e obviamente alguns artigos regulamentam o 226, o 227 e o 228. Vou me restringir aqui à análise. O art. 228 preceitua o seguinte: “Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.” Então, o que ocorre na prática, as emendas vêm ao Plenário com as suas respectivas emendas. No caso específico fiz aquilo que se faz regularmente dentro do processo legislativo, porque a PEC está dentro de uma espécie do gênero preposição. Ou seja, a emenda foi destacada para ser votada, considerando que ela foi apresentada no prazo regimental. Senhor Deputado Homero, se não pudéssemos votar as emendas nas PECs, efetivamente teríamos um cerceamento da liberdade de manifestação por parte do Parlamentar, naquilo que é do seu direito de votar. Ou seja, apenas um grupo diminuto de Parlamentares decidiria o texto da PEC. Por isso que a emenda vem com a PEC para o Plenário.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Perfeitamente, Deputado Romanelli. Mas as outras oito emendas que foram rejeitadas pela Comissão?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não houve requerimento.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Mas elas não foram votadas.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Elas não foram votadas.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Elas não foram votadas porque não houve requerimento dos autores.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): É por isso que perguntei se houve um recurso.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O Relator e a Comissão aprovaram um substitutivo geral, no qual incorporaram, inclusive, partes dessas outras emendas e algumas foram rejeitadas. A emenda que havia sido rejeitada, que era uma emenda, na verdade, supressiva, pedi destaque para ela. Ela foi votada pelo Plenário e foi aprovada. Nesse sentido que fizemos um processo legislativo regular.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Ela é votada em destaque, mas as outras são votadas em conjunto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Foi votada em destaque.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): As outras deveriam ser votadas em conjunto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Veja, não, porque não foi pedido. Ela não passou. O que foi aprovado foi o substitutivo, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Fica o meu protesto e a verificação de que percebi o que aconteceu. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando o substitutivo geral e a Emenda n.^o 10.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Presidente, pertenci ao Alto Comando por alguns anos e é cíclica essa situação de separarmos ou emanciparmos o Corpo de Bombeiros ou não. Uma coisa é certa, somente o Paraná e São Paulo têm o Bombeiro atrelado à Polícia Militar. Os outros Estados da Federação já são separados, ou nasceram separados ou eles se separaram. Todos estão dando certo. Essa é a situação. Se não separarmos, agora, senhores, ela não tem volta e é uma coisa sem volta. Nenhum Estado que se emancipou, retornou. É muito importante pensarmos isso agora. Agora, o que nos deixa meio tristes é que *ao apagar das luzes*, em regime de urgência, estamos discutindo isso. Esse é o grande problema. Outro pequeno problema que vou apresentar aos senhores, que é importante também, inclusive, para que não coloquemos os nossos Comandantes em xeque. Uma parte da tropa significativa não quer que separe, tem o direito, logicamente. Esses Bombeiros e esses Policiais à hora que eles fizeram o concurso público para o ingresso ao Bombeiro, por exemplo, eles assinalaram Bombeiro Militar, mas o Bombeiro pertence à Polícia Militar do Paraná. Ou seja, lá atrás, cinco, 10, 15, 20 anos atrás, eles celebraram um contrato com a Polícia Militar. Então, temos que dar o direito para eles escolherem para onde querem ir. Hoje, hoje, tem Bombeiros Militares que trabalham para a polícia, na Polícia Militar, seja qual for o seu trabalho. Tem também policial trabalhando no Bombeiro. Então, existe uma situação que estão falando que vai ter o esvaziamento dos quadros, se os deixarmos migrarem de quadro. Não terá esse esvaziamento. Agora, a falta de efetivo, senhores, não pode tolher o direito desses profissionais. Então, se vai esvaziar o Corpo de Bombeiros, esvaziar a Polícia Militar, tenho um esclarecimento a fazer a esse efetivo que quer migrar. O Líder do Governo e o seu jurídico nos esclareceram que será feito por um PL. Esclareceram isso. Então, aos Policiais Militares e aos Bombeiros Militares, aguardem e tenham paciência. Colaborem com essa situação, com a aprovação dessa PEC, que será feito por PL, de acordo com o Líder do Governo, o seu jurídico. Na mesma toada, Presidente, aqui está a cúpula da nossa corporação.

Continuem com essa mesma união, senhores, por nosso sistema de proteção social que está pendurado há mais de um ano. É esta mesma união que vai alavancar, estamos no limbo ainda nessa situação. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, aprendi muito com os senhores. Muito obrigado, contem conosco, estamos retornando às nossas operações de segurança no Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos, Sr.^s Deputados, então à votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição tem relatado desde semana passada a nossa preocupação com os regimes de urgência colocados pelo Palácio do Iguaçu, que muitos deles prejudicam o Paraná como um todo, e nesse caso aqui vai prejudicar principalmente a questão da discussão sobre o grupamento de Bombeiros. O Coronel Lee, que me antecedeu aqui, levantou um elemento importante, que é a questão da transição de alguns, de alguns que concursaram de determinada forma e podem ter o direito de optar de ficar para o lado A ou lado B, ou caminho A ou caminho B. Vimos falando ontem da preocupação da falta de discussão e de Audiência Pública sobre esse tema. Nós da Oposição queríamos, sim, uma discussão exclusiva sobre os Bombeiros, pois entendemos que tem que ter esse desmembramento, mas temos que ter o cuidado inclusive com os Praças, com os Oficiais das questões levantadas por eles. O Projeto em urgência faz com que não tenhamos essa discussão, para piorar, dentro do Projeto tem três itens estranhos, um era a questão da autorização para a venda e compra e alienação de terrenos; o outro é a questão levantada aqui pelo Deputado Maurício Requião hoje, que trata da terceirização das dívidas do Estado; e o outro permite contratação de determinados serviços sem concursos. Ou seja, o que estamos tratando aqui? Não estamos tratando

exclusivamente do Corpo de Bombeiros, e aí essa pressa toda nos põe aqui, a Oposição, em uma situação delicada, porque nós da Oposição sempre defendemos os servidores públicos; nós da Oposição sempre cuidamos das forças de segurança; nós da Oposição reconhecemos a importância do Corpo de Bombeiros para o Paraná e sabemos o quanto eles precisam de mais atenção e de melhoria na categoria. Agora, somos obrigados a fazer um voto contrário, porque o Governo, oportunamente, sorrateiramente, enfiou três *jabutis* na PEC para passar coisas que nunca seriam aprovadas no voto direto aqui na Casa, porque tira autonomia da Casa, porque fere o poder desta Casa, porque diminui o concurso público, porque atrapalha o controle da dívida tributária do Estado. Agora estamos em uma situação delicada. Ontem tratamos da questão legal, mas hoje é o mérito. O mérito é uma questão que se sobrepõe à Casa, porque trata da política e somos políticos eleitos para defender o povo paranaense. Fico aqui deixando registrado o meu repúdio à forma com que o Ratinho dirige o Paraná após as eleições. Não é o mesmo cara do programa de TV, não é aquele um que falava tantas coisas. Olha a situação que o Paraná está passando com esse regime de urgência. Espero que o ano que vem tenhamos por parte desta Casa também intolerância às colocações de regime de urgência e ao trato com a coisa pública do Paraná. O Bombeiro do Paraná precisa ser tratado com respeito e com urgência faz tempo, e não ser colocado em uma situação vexatória dessas, para um debate desses, neste momento da forma que é conduzida. A Oposição vai votar “não”, mas não é em desrespeito a vocês não, é que o Paraná será muito prejudicado por ações que estão na PEC que são de vocês. Tem o nosso respeito e a nossa defesa e a nossa deferência. Voto “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, para encaminhar.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Parlamentares, estamos vivendo uma oportunidade única na história do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. É

claro que estamos com os ouvidos muito atentos a tudo aquilo que nos chega em relação às demandas, às preocupações dos nossos Policiais Militares e também dos nossos amigos e parceiros do Corpo de Bombeiros, mas não há o que temer em relação às suas carreiras com essa emancipação, não há o que temer, as garantias de pertencimento à estrutura militar, as garantias de pertencimento à estrutura de segurança pública, tudo isso já é garantido pela Constituição Federal, não há em nenhum momento questionamento se o Corpo de Bombeiros participam ou não como membros da segurança pública. Isso é uma questão da Constituição Federal. Então, essa preocupação inexiste, a preocupação em relação aos avanços, às evoluções das carreiras, tanto dos Policiais Militares, como dos Bombeiros Militares da ativa e da inativa, não tem discussão, continua em igualdade. As prerrogativas, os direitos são os mesmos, não há alteração. Não é possível se imaginar um tratamento diverso para militares. Então, é importante que tenhamos essa clareza. E dizer aqui que a simbologia hoje fala muito alto, de ver aqui o Comandante do Corpo de Bombeiros, o Coronel Vasco, ao lado do Comandante-Geral da Polícia Militar, encaminhando e defendendo esse Projeto de emancipação do Corpo de Bombeiros, sem dúvida nenhuma é uma imagem que fica para a história dessas corporações. Então, aqui temos que reconhecer que essa união é o que faz de fato a diferença para esse processo. Por isso, a necessidade e a oportunidade que se apresentaram. Talvez não tivéssemos uma nova oportunidade como essa, então essa oportunidade está sendo, sim, muito bem aproveitada. Então, parabenizo, sei que há angústias, mas tenho certeza de que essas angústias serão dissipadas no decorrer do caminhar. Então, reforço aqui a importância do voto “sim” para que nosso Corpo de Bombeiros realmente chegue ao *status* e ao nível que ele realmente pode chegar, que é o de qualquer instituição que foi emancipada até hoje, sempre cresceu. Então, peço mais uma vez o voto “sim” a todos os nossos Parlamentares em nome aqui do Deputado Tiago Amaral, do Deputado Marcel, e claro, do Governo do Estado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, para encaminhar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, ouvi o que o Deputado Tiago aqui colocou e sinceramente fica uma pergunta. O Deputado Tiago falou que temos acordo que é importante para que os Bombeiros e os Policiais Militares tenham discernimento e se houver entendimento que deva haver separação, que essa separação se faça. A pergunta é: se a PEC é para, principalmente, como o senhor falou, uma oportunidade única para que pudéssemos fazer isso, por que colocar que não é necessário o controle da Assembleia Legislativa quando houver venda e compra de áreas públicas ou privadas? A remessa a esta Casa de uma PEC confusa como essa, Deputado Romanelli, o senhor fez uma emenda, necessitou de uma emenda, por que colocar no art. 15 que se retira o art. 39 da Constituição, que é justamente aquele que fala sobre a necessidade de concurso público? Por que colocar, já que a PEC é para discutir a questão dos Bombeiros, na mesma PEC, um processo que pretende possibilitar a venda do Estado dos seus créditos para terceiros? E o Deputado Tiago, na última vez que falamos disso, colocou que não é possível o Estado e municípios venderem porque por ter um código específico não seria possível que essa venda fosse feita, mas as empresas públicas podem. E as empresas ditas empresas públicas, como é a Copel, como é a Compagas, como é a Celepar, essas empresas tem também isso aí e vão vender? Não sabemos, simplesmente não sabemos. Então, o Governo faz uma enganação, ele *coloca a cereja do bolo*, que é a separação, e que está sendo feito aqui um pedido já, recebemos vários Policiais Militares, vários Policiais Bombeiros Militares, solicitando-nos tanto para que votássemos contra, no caso os Praças, como para que votássemos a favor, os Oficiais, porque parecia que a PEC só dizia a respeito a este tipo de situação específica. Quando se lê a PEC, e da forma açodada como foi feita, inclusive com a redução de interstício, ou seja, não há tempo para se discutir melhor, as coisas começam a aparecer. Estamos falando de algo que muda profundamente a estrutura do Estado paranaense. Se isso vai acontecer ou não, ninguém tem bola de cristal para dizer, mas possibilita. Ainda, Deputado Romanelli, que tenha havido a emenda, mesmo com os

questionamentos feitos do ponto de vista não de mérito, mas da forma feita pelo Deputado Homero, ainda que tenha sido feita a emenda, isso mostra que a PEC chegou aqui de forma atropelada. Não lembro PECs que tenhamos votado nesses últimos anos e que tivessem que ter tido emendas para corrigir determinadas situações. Mas lembro que quando a PEC chegou aqui e o Presidente Traiano foi o primeiro a falar que não podemos aceitar que a Assembleia Legislativa perca as poucas prorrogativas que tem, entre elas a de fiscalizar a compra e venda e a forma como será feita de áreas públicas ou privadas, quando vem, obviamente, a ser feito pelo público. Ora, se chega dessa forma, alguém, dentro do Palácio do Iguaçu, não sei quem, não sei se é Procuradoria, não sei se são os funcionários, não sei quem faz, mas fez sem que houvesse um mínimo de debate. E o que pedimos aqui, o Partido dos Trabalhadores e o Bloco PT/PDT, é que houvesse o debate, para que fatos como esses pudessem ser esclarecidos. Não seria mais lógico? E faço isso, justamente, aos Sr.^s Deputados e ao Líder do Governo que tivéssemos, então, três PECs distintas, já que estamos tratando de três assuntos distintos. Não tenho dúvida de que teríamos unanimidade aqui na votação, ou pelo menos uma grande maioria com relação a esse ponto que está sendo tão debatido aqui, que é a questão da Polícia Militar e dos Bombeiros. Não tenho a menor dúvida. Mas também não tenho certeza se o ponto que diz respeito à venda e compra de imóveis sem que a Assembleia Legislativa tenha o poder de fiscalização seria aprovado. Também não tenho certeza se seria aprovado, com tempo suficiente para debate, o item 15, Sr. Presidente, que retira o art. 39 da Constituição Estadual. A partir do momento em que esse debate fosse feito, e nas cidades dos Deputados, Deputado Artagão lá em Guarapuava e os demais Deputados, certamente, Deputado Artagão, o senhor receberia muitos servidores públicos questionando o porquê estava votando a favor. Receberia da população o questionamento por que estamos fazendo isso. E aí poderia mudar de opinião. Agora, como vem, como falei ontem, desculpe a expressão, mas um combo, ou seja, você coloca três coisas distintas no mesmo Projeto, não há como votarmos a favor de um sabendo que somos contrários a outro. Sempre fizemos, com todo cuidado aqui, a defesa do Estado, do serviço público. Não é do servidor. O

servidor público é um funcionário do Estado. A sua estabilidade é garantida para que o usuário tenha essa garantia. E quando rompemos com essa garantia, ou possibilhamos que essa garantia seja rompida, por meio da indisponibilidade de contratação por concurso público, estamos rompendo o Estado. E não vamos romper o Estado, Sr. Presidente. Vamos votar contra a PEC, por entendermos que ela fere de morte um dos pilares do Estado, que é justamente a possibilidade de carreira, inclusive com os Sr.^s Policiais Militares, com os Sr.^s Bombeiros que estão aqui e têm uma carreira. Imaginem se não houvesse isso? E, obviamente que não há como não haver, porque são coisas totalmente distintas. Mas, só por hipótese, se não houvesse? Se fosse possibilitado, como está se tentando agora, Deputado Arilson, com a Polícia Penal, fazer a contratação de policiais penais por empresas terceirizadas? Se fosse possibilitado que empresas de segurança fossem contratadas para fazer segurança pública, não houvesse carreira, que Estado teríamos? É esse Estado que está se proondo e que somos contrários. Por isso, nosso voto é contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, Sr.^s Deputados, feitas as exposições, as defesas a favor e contra. Ainda resta o Deputado Marcio Pacheco, o seu voto. Ok. Vamos encerrar a votação: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Paulo Litro (6 Deputados).] Com 41

votos favoráveis e 7 votos contrários, **estão aprovados o substitutivo geral e a emenda n.^º 10.**

Os Itens 2 e 3 são Redações Finais e faremos votações simbólicas.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 962/2019, de autoria dos Deputados Goura, Michele Caputo e Paulo Litro, que dispõe sobre o acesso a medicamentos à base de canabidiol e tetrahidrocannabinol para tratamento de doenças, síndromes de transtornos de saúde.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 492/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 102/2022, que alterra o §5.^º do art. 5.^º da Lei n.^º 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

Deputados que aprovam... Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Registrar o voto contrário da Oposição no Item 3 e favorável ao Item 2.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Registrar também, Presidente, o meu voto contrário no Item 3, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Voto contrário da Bancada de Oposição e da Deputada Mabel no Item 3. Estão aprovados os dois itens.

ITEM 4 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 559/2021, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Emerson Bacil e Tião Medeiros, que institui o Programa de Estímulo à Implantação das Tecnologias de Conectividade Móvel, a fim de viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo geral da CCJ. Emenda da Comissão de Finanças e Tributação com parecer favorável da CCJ. Também já de conhecimento de todos os Sr.^s

Deputados. Vamos apreciar neste turno emendas aprovadas em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença do Vereador Dalton Borba, de Curitiba, por solicitação do Deputado Goura. Seja bem-vindo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, por favor, Michele Caputo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Não consegui fazer, quando a Deputada Mabel pediu para registrar contra, o meu também é contra no item 3, se for possível. Não consegui falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado Michele. Ainda pendentes os votos Delegado Fernando Martins, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Plauto Miró, Requião Filho e Tadeu Veneri. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros

(48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Paulo Litro (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas em 2.^a discussão.**

ITEM 5 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 447/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.^º 136/2022, que institui o auxílio-creche, com caráter resarcitório, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda Modificativa da Defensoria Pública. Também já de conhecimento dos Sr.^s Deputados, que trata do auxílio-creche. Vamos apreciar neste turno a emenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Natan, Requião e Tião Medeiros. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Coronel Lee, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto e Marcio Pacheco (8 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Natan Sperafico, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho e

Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 8 votos contrários, estão aprovadas as emendas em 2.^a discussão.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 7/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 113/2022, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana e Marcio. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus e Paulo Litro (7 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.^º 7/2022.*

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Deputados, pedimos o voto “sim” à emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 9 votos contrários, **está aprovada a emenda.**

Os Itens 7 a 11 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 70/2021, de autoria do Deputado Reichembach, que concede o Título de Utilidade Pública ao ICTA – Instituto Científico e Tecnológico de Agronegócios, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 751/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação

Laura Fressatto de Apoio À Saúde, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 116/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Bolão de Toledo, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 223/2022, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que concede o Título de Utilidade Pública à Missão Casa Verde. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 263/2022, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública ao Mangueirinha Esporte Clube – MEC, com sede no município de Mangueirinha. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO Tiago Amaral (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro,

Requião Filho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 312/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui a Semana da Luz, para conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção dos Animais. Substitutivo geral da CCJ. Também já de conhecimento dos Deputados. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Del. Fernando Martins, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 453/2022, de autoria do Deputado Natan Sperafico, que institui no Estado do Paraná o Dia da Inovação e da

Tecnologia no Campo, a ser comemorado em 25 de fevereiro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Também de conhecimento dos Deputados. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 453/2022.**

ITEM 14 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 471/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 91/2022, que institui o Programa Colégio Cívico-Militares no Estado do Paraná, altera dispositivos da Lei n.^º 19.130, de 25 de setembro de 2017, revoga parcialmente a Lei n.^º 20.338, de 6 de outubro de 2020, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública e Comissão de Educação. Regime de urgência. Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. **Está prejudicado. Houve vista na CCJ. (Projeto retirado de pauta.)**

ITEM 15 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 495/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 105/2022, que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.^º da Lei Complementar n.^º 249, de 23 de agosto de 2022. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Regime de Urgência. Emenda de Plenário aguardando parecer da CCJ. A mesma coisa. **Está prejudicado. (Projeto retirado de pauta.)**

ITEM 16 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 515/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Capital do Agronegócio do Sudoeste do Paraná ao município de Dois Vizinhos. Parecer favorável da CCJ. Já também de conhecimento dos Deputados. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição também vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, a pauta está muito extensa peço a compreensão da votação rápida. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 515/2022.**

ITEM 17 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 523/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 124/2022, que fixa, a partir de 1.^º de janeiro de 2023, o piso salarial do Estado do Paraná e sua Política de Valorização, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fianças e Tributação. Regime de urgência. Também já de conhecimento dos Deputados. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**VOTARAM SIM:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro e Ricardo Arruda (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 523/2022.**

Agora vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para discutir, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai votar contrário à emenda porque ela impõe restrição à auto-organização do Conselho Estadual do Trabalho, que deve regrar a decisão sobre quais medidas serão discutidas e pautadas no órgão colegiado participativo, e também regrar em Regimento Interno a forma de deliberação, sem a intervenção de norma prevista em lei estadual que não seja a lei da criação do Conselho. Por isso voto “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “sim” à emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro e Ricardo Arruda (8 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovada a emenda.**

ITEM 18 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.^º 22/2022, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivos do anexo único da Resolução n.^º 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão

Executiva. Já de conhecimento dos Deputados. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação o Projeto.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (10 Deputados).]*] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.^º 22/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Tadeu Veneri.)**

Vamos submeter ao voto a emenda.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Voto “sim”, Sr. Presidente, no Item anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a emenda. Voto “sim” do Deputado Chico será registrado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar. Presidente, a versão atual do § Único do art. 1º do Regimento Interno é redação original do Projeto de Resolução e contém alteração para incluir Sessão Deliberativa Remota. O Projeto de Resolução pretende incluir a possibilidade de reunião da Assembleia em outro edifício ou por meio de Sessões Deliberativas Remotas. Porém, diante da relevância e urgência, ou seja, se houver motivo relevante de força maior e em situações de emergência ou calamidade pública; e em caso de restrição por medidas médicas sanitárias. A emenda do Projeto de Resolução proposta pela Mesa Executiva retira qualquer justificativa e é, data vénia, inconstitucional, pois transfere para a Mesa Executiva os poderes que não existem na própria Constituição do Estado e da República, pois a Mesa Executiva, não esses seletivos Deputados apenas, mas todos os demais Deputados que vierem a administrar esta Casa, irão decidir quando fazer a Sessão fora de casa ou quando transformar em Sessão Remota com esse artifício. Podemos ter prejuízos quanto à apreciação de Projetos aqui. Por assim, qualquer tema polêmico que bater à porta da Assembleia podemos ter uma decisão da Mesa fazendo com que haja uma convocação apenas remota. Então, por entender que a versão original a qual votamos, Presidente, a favor do Projeto, entendemos que a emenda tira as amarras e as excepcionalidades de convocação, permitindo, ainda, a convocação em outros ambientes. Por isso a Oposição vai votar “não” à emenda e registrou o voto “sim”, ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli solicita para dar as informações.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Penso que, na verdade acho que todos já leram e conhecem O Regimento. O Regimento já prevê a possibilidade de a Assembleia transferir excepcionalmente a sua sede para outro local. Já tem a previsão regimental. A única questão que está sendo posta é a possibilidade de fazermos votações por decisão, deliberação da Comissão Executiva, para que possa ter Sessão remota, como provavelmente deveremos fazer na próxima semana, ou então Sessão mista – o sistema de deliberação

misto –, onde poderá o Parlamentar votar eventualmente pelo dispositivo, considerando a circunstância. É uma demanda que temos aqui posta. O Congresso Nacional tem seguido inclusive essa tendência. Não estamos aqui fazendo nada que não seja aquilo previsto, inclusive no próprio ordenamento do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Não estamos fazendo nenhuma inovação aqui além daquilo que já tratamos. Então, apenas deixamos, obviamente, a decisão compete à Comissão Executiva. É isso. Pedimos o voto “sim” nesse sentido de poder de fato atualizar a nossa legislação.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “sim” a todos os nobres Parlamentares da Situação e da Oposição também, Deputado Arilson. É importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados);
Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados);
Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro e Ricardo Arruda (9 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovada a emenda.**

ITEM 19 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 762/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que institui o Passe Maternidade e obriga as empresas que exploram a prestação de serviço do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros a fornecer gratuitamente passagem às gestantes usuárias do serviço, até três meses após o parto. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, a Liderança do Governo vai liberar a Base para votar conforme a própria vontade.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”, Presidente. O Projeto visa isentar a gestante de tarifa intermunicipal, no período de zero até três meses pós-parto, para criar condições de incentivar a inscrição e frequência no programa de assistência pré-natal, no parto neonatal, conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde. Houve parecer favorável da CCJ e é um Projeto que vai contribuir muito com as cidades, principalmente do interior do Estado, que deslocam as pessoas para as regiões metropolitanas para esse atendimento.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, muito rapidamente. Tenho uma dificuldade bastante grande de votar esses projetos que aumentam cada vez mais, diante de um argumento social, o custo para o poder público, para a sociedade. Abro uma exceção, Presidente, a este Projeto, em função de ser uma causa de fato muito nobre: permitir que a mulher grávida possa ter esse benefício. Acho que é um momento muito importante para sociedade quando a mulher está nessa condição. E esse Projeto vai, em sendo aprovado e sancionado pelo Governador, atender justamente àquelas mães que mais precisam, que

justamente, às vezes, têm dificuldade de fazer um deslocamento por às vezes, em alguns casos, não terem de fato condições de fazer esse deslocamento. Então, no Projeto foi feita uma série de alterações positivas na CCJ e entendo que o Projeto é um bom Projeto, que vai atender de fato às mães que mais precisam, em um momento muito delicado e muito importante da vida da humanidade, que é a sua gravidez. Então, meu voto será favorável neste Projeto. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Ainda muitos Deputados não votaram, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichenbach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (40 Deputados); **Votou Não:** Tiago Amaral (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 762/2019.**

ITEM 20 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 663/2020, de autoria dos Deputados Homero Marchese, Alexandre Amaro, Marcio Pacheco e Coronel Lee, que veda expressamente à Administração Estadual, inclusive às instituições de ensino mantidas pelo Estado do Paraná e a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos realizados ou contratados pelo Poder Público Estadual, a utilização, em publicidade institucional, informativos, circulares, e-mails, memorandos, documentos oficiais, currículos escolares, editais, provas, exames e instrumentos congêneres, de formas de flexão de gênero e de número das

palavras da língua portuguesa em contrariedade às regras gramaticais consolidadas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Vamos submeter ao voto o Projeto.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente. Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Esse é um Projeto meu, depois recebeu a coautoria dos Deputados Alexandre Amaro e Soldado Adriano, que proíbe o uso da chamada linguagem neutra pela administração estadual, especialmente nas instituições de ensino mantidas pelo Estado do Paraná e na comunicação oficial pelo Governo do Estado do Paraná. Temos testemunhado aqui no País um fenômeno curioso que é o uso de palavras, Deputado Gilson, com flexão de gênero e número que não existe na Língua Portuguesa. Por exemplo, “*ele*” vira “*elo*”, “*menino*” vira “*menine*”, “*todos*” vira “*todes*”. Essa versão tem “*e*” no final, mas às vezes tem um “*@*” ou um “*x*”. E esse não é um fenômeno exclusivo do Brasil, vários países têm testemunhado iniciativas semelhantes e essa prática é anunciada por pequenos grupos como uma reação a uma suposta opressão da Língua Portuguesa contra parte da população, como as pessoas que não se identificam com um dos dois sexos, as chamadas pessoas de gênero fluido ou não binário, e as mulheres. A mudança da língua, defendem essas pessoas, seria, portanto, algo inclusivo, mas há dois grandes motivos para rejeitar essa iniciativa e por isso apresentamos este Projeto. Em primeiro lugar, porque embora essa iniciativa do uso da linguagem neutra busque transmitir uma suposta ideia de pluralidade, de tolerância, ela tem no fundo o objetivo de buscar o efeito contrário. Ela busca dominar pela linguagem o pensamento da população para que reflita exatamente aquele pensamento pretendido por um grupo pequeno de pessoas. A questão do chamado gênero fluido, por exemplo, ou não binário, é uma ideia não

comprovada, que não tem universalidade, segundo a qual pessoas poderiam não pertencer a nenhum dos sexos ou mudar de sexo ao longo do tempo, indo para frente, indo para trás, enfim. Essa não é uma regra universal, não é uma verdade científica, embora reconheçamos que algumas pessoas possam ter isso como verdade para elas. Acho que algumas pessoas realmente podem pensar assim, mas, são algumas pessoas, não a maior parte das pessoas. Portanto, essa ideia não pode ser imposta à maioria. Aceitar a mudança na linguagem seria aceitar uma tese não comprovada e, como disse a professora de português Cintia Chagas, em uma entrevista à rádio *Jovem Pan*, primeiro as pessoas querem dominar o que falamos para depois dominar como pensamos e, finalmente, o modo que agimos. Não devemos ensinar as nossas crianças nas escolas, em especial, uma mentira que pode ser destrutiva da sua personalidade justamente no momento em que ela está sendo formada. É preciso deixar as nossas crianças em paz, sem esse tipo de iniciativa. Aliás, se existe algum fenômeno que estamos testemunhando no Brasil é a utilização da linguagem como ferramenta de poder. George Orwell e sua *Novilíngua* nunca foram tão atuais. A palavra “*antidemocrático*”, por exemplo, passou a ser uma panaceia para as mais arbitrárias medidas, para suprimir liberdades pessoais de adversários políticos, para censurar, para prender, para estigmatizar. Estamos vendo a olhos nu, embasbacados, o cinismo que destrói a democracia sob o pretexto de estar salvando-a. Mas, mais do que um ativismo político que precisa ser identificado e combatido, o uso da chamada linguagem neutra é gramaticalmente incorreto, prejudica o aprendizado e, nesse sentido, exclui em vez de incluir. É por isso que esse ativismo é rejeitado quase na humanidade por professores e linguistas. A língua portuguesa certamente não é estanque, ela muda com o tempo, a grafia de várias palavras mudou ao longo da história, por exemplo, podemos ver isso em livros antigos, mas a mudança foi feita aos poucos, com a adesão da maior parte das pessoas e recepção adequada por nossos especialistas, nunca por imposição. Conforme apontou Andressa Muniz em um texto para a *Gazeta do Povo*, pesquisadores da área indicam que “usar o gênero masculino para se referir a um grupo de pessoas, homens e mulheres, não é uma forma de preconceito. A origem

desse uso estaria no latim, base da língua portuguesa e de outras línguas latinas, como o Francês e o Espanhol. Assim, se o que é visto como gênero masculino na verdade já é um gênero neutro, não há prevalência do masculino nos discursos. O único gênero que recebe marcação da língua portuguesa é o feminino.” Ou seja, o feminino tem o seu gênero próprio, ao contrário do masculino. Cíntia Chagas, por sua vez, diz o seguinte: “No latim, tínhamos a terminação em ‘u’, que representava o gênero neutro; quando o latim deu origem ao português, o masculino passou a compreender o gênero neutro, por isso que quando digo boa noite a todos estou me referindo a homens e mulheres. Além disso, substituir as letras ‘a’ e ‘o’ ao final das palavras por ‘e’, com a pretensão de neutralizar o gênero é uma grande bobagem, porque é algo totalmente arbitrário. Por exemplo, a palavra pente termina em ‘e’ e continua sendo um termo masculino.” A professora vai além em relação aos inconvenientes do uso da linguagem neutra. Diz ela: “O uso da linguagem neutra prejudica o aprendizado nas escolas e não inclui ninguém, isso porque atrapalha a compreensão das pessoas que têm dislexia, confunde os surdos que se comunicam por meio da leitura labial e atrapalha os cegos que leem por meio de softwares, já que os aparelhos precisariam ser reconfigurados para abarcar o dialeto.” Em 2021, por exemplo, a França proibiu a linguagem neutra em suas escolas, conforme indicou Madeleine Lacsко, também em texto para a *Gazeta do Povo*. O Ministério da Educação da França encaminhou um memorando às escolas francesas dizendo o seguinte: “Ao defender uma reforma imediata e abrangente da grafia, os promotores da escrita dita inclusiva violam os ritmos do desenvolvimento da linguagem, de acordo com uma injunção brutal, arbitrária e descoordenada, que ignora a ecologia do verbo. A complexidade e a instabilidade dessa escrita supostamente inclusiva constituem tantos obstáculos à aquisição da linguagem como da leitura. Essas armadilhas artificiais são tanto mais inoportunas quanto atrapalham os esforços dos alunos com deficiência mental admitidos no âmbito do serviço público da escola inclusiva. Cada um pode se sentir e ser do jeito que quiser, mas não pode impor o seu modo de ser às outras pessoas, ainda mais quando isso causa um grave prejuízo à coletividade.” Assim, peço o apoio dos senhores para este Projeto que dá a mensagem correta à

população do Paraná, que aqui estamos cientes e vigilantes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só para poder dizer o seguinte, queria dizer a todos e especial ao Deputado Jacovit, três a zero para a Argentina, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos e todas que acompanham esta Sessão. Quero aqui dizer que nós, nas nossas escolas, nas nossas universidades aqui no Estado do Paraná, também nos órgãos oficiais do Estado, nos documentos que são oficiais, nos livros didáticos e paradidáticos, nas apostilas, não usamos a linguagem neutra. Vejam, mas tem, por exemplo, termos que são usados, como todos e todas, justamente para combater o machismo, porque ele é estrutural e está inclusive impregnado na nossa linguagem, como Deputados e Deputadas, como companheiros e companheiras. Então, estamos evoluindo no Paraná, no Brasil e no mundo, podemos e devemos dar este passo, porque quando não reconhecemos a evolução, queremos conservar e neste caso conservar o machismo, a exclusão, e não está correto. E também tem alguns Projetos que apresentam para a população um fantasma e aí se apresentam depois para combater o fantasma. É como o Projeto, por exemplo, que propõe combater banheiro unisex. Ora, nas nossas escolas, nas nossas universidades, não temos banheiros unisex! Mas aí criam um fantasma e depois apresentam um Projeto de Lei aqui para dizer: *Estou salvando as criancinhas do banheiro unisex.* É muito semelhante a este Projeto. É um Projeto que está tentando dizer que não ensinamos a língua-padrão. Ensinamos a língua-padrão, sim, nas escolas e nas universidades, mas respeitamos também e valorizamos a chamada linguagem coloquial, que é respeitada no Brasil e no mundo todo. E aí de repente aqui

estamos com um Projeto como este. Já me posicionei contra nas Comissões Temáticas da Casa e aqui também me coloco contra, peço o voto contrário a este Projeto porque ele não traz nenhuma contribuição para o avanço, para o desenvolvimento, para o combate ao machismo no nosso Estado do Paraná. Portanto, encaminhamos o voto contrário.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, apenas para fazer o contraponto. Vou tentar me ater à constitucionalidade do Projeto, Deputado Gilson de Souza, mas antes, é claro, fazer um contraponto. Não existe uma vírgula de machismo neste Projeto. Não existe razão para defender uma ideia dessas! Totalmente desarrazoada a fala do Deputado Professor Lemos. Professor Lemos. Também tenho a honra, Deputada Mara, de ter a minha formação como docente em língua portuguesa e, para quem conhece um pouquinho só de língua portuguesa, sabe que existe, Deputado Natan, na Constituição Federal, o art. 13 que diz o seguinte: “A língua oficial do Brasil é a língua portuguesa.” A língua portuguesa na sua norma-padrão. O Projeto prevê tão somente que seja proibido esse tipo de linguagem nas comunicações oficiais do Estado. Vocês imaginem um Secretário escrevendo para outro Secretário dentro de um Governo com linguagem neutra e outro com linguagem padrão, vocês imaginem a bagunça que viraria nos documentos oficiais. Então, o que se pretende no Projeto proposto é tão somente proibir o óbvio. Isso poderia no máximo se tornar uma linguagem coloquial de algum grupo, mas jamais ser utilizado em linguagem oficial. Basta também ter apenas um pouquinho de conhecimento de língua portuguesa para saber que o que se fala ser exclusão, naturalmente, é divisão quando se propõe em dizer que tenho que cumprimentar todos e todas. Nem isso. Esse Projeto acrescenta “*todes*”. Evidente que o latim quando foi convertido para a língua portuguesa, e aqui estou entrando um pouquinho no mérito, vou encerrar,

Presidente, já se entendeu que toda vez que se usa o gênero masculino, está se incluindo todos. Então, quando digo todos estou dizendo todos, homens e mulheres. Quando digo alunos, estou dizendo todos os alunos, alunos brasileiros, todos os brasileiros. Então, temos que legislar sobre cada coisa aqui nesta Assembleia, as loucuras dos últimos tempos. Quero evidentemente encaminhar, fui o Relator desse Projeto na CCJ. Evidentemente que o Projeto é totalmente constitucional, convergindo com a Constituição, que diz que a língua brasileira deve ser utilizada pela língua portuguesa, na sua norma-padrão, evidentemente, e o Projeto é constitucional. Quero também encaminhar pelo voto favorável, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Queria ser bem objetivo. Falando sobre linguagem neutra, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, há quatro dias teve uma comemoração, onde pessoas levaram lá uma Bandeira do Brasil, com a cor adulterada, escreveram: “*Negrís*”, “*pobris*” e “*p*” – não vou citar a palavra –, mas é o vulgar de prostituta na Bandeira do Brasil. Então, se estão dizendo que não existe esse tipo de linguagem, foi aqui um evento em comemoração ao prêmio Marielle Franco, lá no Rio de Janeiro, na Casa de Leis, na Alerj. Esperamos que não aconteça isso aqui na nossa Alep. Por isso, peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos, então, à votação, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, encaminhamos voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou esperando só o voto do Reichembach, que está ali na máquina. Votação encerrada.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, tem um pessoal no banheiro ali.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O que é que posso fazer? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (26 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tercílio Turini (5 Deputados); **Abstenção:** Reichembach (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (22 Deputados).] Com 26 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 663/2020.**

ITEM 21 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 193/2022, de autoria do Deputado Francisco Buhrer, que estabelece os limites dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor. Temos uma Extraordinária ainda com 40 Itens na pauta.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi,

Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 193/2022.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Michele Caputo.)

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Queria registrar o meu voto a favor nesse do Chico Bührer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado.

ITEM 22 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 297/2022, de autoria dos Deputados Rodrigo Estacho e Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Cidadão Benemerito do Estado do Paraná ao Senhor Roberto Mello Milaneze. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista,

Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 297/2022.

ITEM 23 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 340/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a Senhor Dom Sergio Arthur Braschi. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo

Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 340/2022.

ITEM 24 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 397/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.^º 10.834, de 22 de junho de 1994, que cria o município de Marquinho, desmembrado do município de Cantagalo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quem está anunciando o voto “não” aí?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero registrar que a Oposição vota “sim” a este Projeto de desmembramento.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente Traiano, então vamos ter outro Marquinho na região?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Outro Marquinho.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Então, está bom.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Terra do Deputado Alexandre Curi, Deputado mais votado de Marquinho, que alinhou nove Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e eu e o Artágão ficamos na reserva. Votação

encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 397/2022.**

ITEM 25 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 506/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 112/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto “sim” ao crédito especial de 9,4 milhões, que é para a gestão do IAT, para atender à despesa com desapropriação de imóveis, conforme termo de compromisso entre o IAT e a Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero

Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 506/2022.

ITEM 26 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 517/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 117/2022, que altera a Lei n.º 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2020 a 2023. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor

Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 517/2022.

ITEM 27 – 1.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 8/2022, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto n.^º 12.442, de 18 de outubro de 2022, que autoriza a isenção de ICMS nas operações com medicamento Pegaspargase, destinado ao tratamento de câncer. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artágão Junior, Boca Aberta Junior, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.^º 8/2022.

Senhores Deputados, os Itens 28 e 29 vamos fazer votação agrupada. Já está ok aí no painel? Então, Itens 28 e 29, votação agrupada.

ITEM 28 – 1.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 9/2022, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto n.^º 12.441, de 18 de outubro de 2022, que estende o benefício fiscal de crédito presumido do ICMS concedido, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, aos estabelecimentos que operam exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.

ITEM 29 – 1.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 10/2022, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto n.^º 12.439, de 18 de outubro de 2022, que altera o regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto n.^º 7.871, de 29 de setembro de 2017. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão. Em votação. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Desculpa, Presidente, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, sempre um recuo é importante nas nossas vidas. Seu voto, Deputado Arilson. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro,

Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os dois Projetos.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^o 3772/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em segunda discussão na Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.^o 3768/2022, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Subtenente RR do Corpo de Bombeiros Sr. Luiz Ricardo Guidini; **Requerimento n.^o 3769/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo a realização de estudos de viabilidade para a implementação de passarela aos pedestres na Rodovia Celso Garcia CID, na Gleba Cafezal, no município de Londrina; **Requerimento n.^o 3771/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, requerendo a avaliação e manifestação do órgão sobre Edital 3/2022 e seu termo de referência “Projeto Parceiro da Escola” e posterior parecer dessa corte de contas; **Requerimento n.^o 3774/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa ao Sr. Rafael Adriano dos Santos, pela brilhante atuação cobrindo a Copa do Mundo Fifa de 2022, realizada no Catar; **Requerimento n.^o**

3777/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo providências, em caráter de urgência, para a regularização do fornecimento da medicação Ustequinumabe (Stelara) para pessoas com a Doença de Crohn no Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 3780/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário da Educação e do Esporte, ao Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, requerendo a suspensão da demissão de 114 merendeiras e zeladoras contratadas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 3775/2022**, do Deputado Tiago Amaral, encaminhando relatório semestral de atividades da Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa da Assembleia Legislativa, que compreende entre 1.^º/8/2022 e 14/12/2022; **Requerimento n.^º 3776/2022**, dos Deputados Michele Caputo e Goura, solicitando a inclusão do Deputado Goura como coautor dos Projetos de Lei n.^ºs 419/2022, 366/2022, 351/2022, 332/2022, 265/2022, 225/2022, 158/2022, 111/2022, 63/2022, 42/2022, 778/2021, 766/2021, 396/2021, 56/2021, 9/2020, 745/2019, 509/2019, 494/2019 e 100/2019, de autoria do Deputado Michele Caputo; **Requerimento n.^º 3778/2022**, dos Deputados Evandro Araújo e Michele Caputo, solicitando a inclusão do Deputado Evandro Araújo como coautor do Projeto de Lei n.^º 419/2022; **Requerimento n.^º 3779/2022**, dos Deputados Evandro Araújo e Michele Caputo, solicitando a inclusão do Deputado Evandro Araújo como coautor do Projeto de Lei n.^º 351/2022; **Requerimento n.^º 3781/2022**, dos Deputados Michele Caputo e Evandro Araújo, solicitando a inclusão do Deputado Evandro Araújo como coautor do Projeto de Lei n.^º 265/2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.^º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.^º**

3770/2022, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 3773/2022**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13 de dezembro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, marco para amanhã, quarta-feira, às 8h30, **três Sessões, uma Especial**, com início às 8h30, e duas outras, **uma Ordinária e outra Extraordinária na sequência**, com as seguintes **Ordens do Dia:** Ordinária: Redação Final da PEC n.º 3/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 559/2021, 447/2022, 496/2022 e 497/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 7/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 312/2022 e 523/2022 e do Projeto de Resolução n.º 22/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 762/2019, 663/2020, 193/2022, 297/2022, 340/2022, 397/2022, 471/2022, 495/2022, 506/2022 e 517/2022 e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 8/2022, 9/2022 e 10/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 8/2022 e 10/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 218/2021, 289/2021, 51/2022, 92/2022, 120/2022, 366/2022, 476/2022, 502/2022, 507/2022, 522/2022, 525/2022 e 528/2022; e Extraordinária: Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 7/2022, do Projeto de Lei n.º 523/2022 e do Projeto de Resolução n.º 22/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 495/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 8/2022 e 10/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 289/2021, 507/2022, 522/2022 e 525/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h52, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)